DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7470 • SÃO PAULO, 04 A 06 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Atos de 7 de setembro serão 'ultimato' a Moraes e Barroso, diz Bolsonaro

Durante a cerimônia para assinar o contrato de concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em Tanhaçu (BA), ontem, 3, o presidente Bolsonaro voltou a ameaçar os ministros do STF Alexandre de Moraes e Roberto Barroso com os atos de seus apoiadores em 7 de setembro. Segundo ele, os atos serão um "ultimato" aos ministros, que estariam atrapalhando seu governo. *Pág. 03*

(Foto: EBC)

O presidente Bolsonaro na cerimônia de assinatura da concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), no município de Tanhaçu, na Bahia, ontem, 3.

MEDICINA E SAÚDE

Funchal reconhece 'grande queda' de investimentos estrangeiros no País

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, reconheceu ontem, 3, que, depois que o Brasil perdeu sua classificação de grau de investimento, houve uma queda "bastante grande" do volume de estrangeiros que investem em títulos brasileiros. "Nosso foco é local, mas não deixamos de olhar para fora", ponderou. *Pág. 04*

Ticket Log aponta alta de 27% do preço da gasolina desde janeiro

Pesquisa realizada em 21 mil postos varejistas credenciados da Ticket Log, empresa gestora de frotas e de soluções de mobilidade, mostra que o litro da gasolina ficou 27% mais caro, de janeiro a agosto. A alta mais expressiva, na média do mês, de 3,09%, foi registrada na região Centro-Oeste, que também apresentou o maior valor, em agosto, de R$ 6,268. *Pág. 04*

CNBB alerta brasileiros a não se deixarem levar por Bolsonaro

Num recado ao presidente Bolsonaro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) orientou os brasileiros, em vídeo divulgado ontem, 3, a não se deixarem convencer por "quem agride os poderes Legislativo e Judiciário". "A existência de três Poderes impede totalitarismos, fortalecendo a liberdade de cada pessoa", disse o presidente da CNBB, dom Walmor Oliveira de Azevedo. *Pág. 07*

Morre o ator Sérgio Mamberti, aos 82 anos, de infecção pulmonar

(Foto: Estadão)

Foto de arquivo de 25/11/2015 do ator Sérgio Mamberti durante entrevista sobre a apresentação de número 100 da peça Visitando Mr Green, em sua residência na cidade de São Paulo.

Artistas, personalidades e políticos lamentaram a morte do ator, diretor e artista plástico Sérgio Mamberti, aos 82 anos, na madrugada de ontem, 3, vítima de uma infecção nos pulmões. Ele estava internado em um hospital da rede Prevent Sênior em São Paulo e teve falência múltipla de órgãos. *Pág. 07*

CPI aponta ligações suspeitas de Flávio e Renan Bolsonaro com lobistas

(Foto: Senado)

Omar Aziz, presidente da CPI da Pandemia, conversa com integrantes da comissão após o não comparecimento do lobista Marconny Faria: novo depoimento está marcado para o dia 15 de setembro.

Novos documentos apresentados pela CPI da Covid apontam o envolvimento dos filhos do presidente Bolsonaro Flávio e Jair Renan com lobistas que buscavam favorecimento na compra de vacinas. As mensagens envolvendo Renan foram apreendidas pelo MPF do Pará no celular do lobista Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria. Elas envolvem também Ana Cristina Siqueira Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Renan, e a advogada do presidente, Karina Kufa. Ao se depararem com mensagens que citavam a empresa Precisa Medicamentos, a PGR compartilhou o material com os senadores. As mensagens do lobista com Jair Renan foram reveladas pelo jornal O Globo. Segundo a troca de mensagens, de setembro do ano passado, Jair Renan, em vez de buscar os caminhos oficiais, procurou o lobista para abrir uma produtora de eventos em Brasília. *Pág. 03*

Chuvas do Ida inundam lares em Nova York e deixam 46 mortos

Pág. 05

Biden vê quadro positivo nos EUA, mas diz que variante Delta influenciou payroll

Pág. 05

EUA vão investir mais US$ 3 bi para produção de vacinas contra a covid-19

Pág. 05

MEDICINA E SAÚDE

Abinee apura alta da produção do setor de 15,7% de janeiro a julho

Dados divulgados pelo IBGE e agregados pela Abinee apontam que a produção da indústria elétrica e eletrônica cresceu 15,7% no acumulado de janeiro a julho de 2021 ante o mesmo período do ano passado. Em julho, a produção do setor recuou 2,4% na comparação com o junho, considerando os ajustes sazonais. *Pág. 04*

Ex-assessor denuncia esquema de 'rachadinha' da família Bolsonaro

Os irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro (que é vereador no Rio), além da advogada Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente, são alvos da acusação de terem cometido vários crimes, pelo ex-assessor do senador, Marcelo Luiz Nogueira dos Santos. Segundo ele, Ana Cristina era responsável por comandar um esquema de 'rachadinha' que recolhia 80% dos salários dos funcionários tanto do gabinete de Flávio na Alerj como no de Carlos na Câmara Municipal do Rio. *Pág. 03*

STF já tem maioria para obrigar MEC a reabrir inscrições do Enem

Os ministros do STF Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Luís Roberto Barroso acompanharam o relator Dias Toffoli e formaram maioria para obrigar o Ministério da Educação (MEC) a reabrir o prazo para requerimento de isenção da taxa do Enem 2021. *Pág. 07*

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4299%
Ibovespa (pontos)	116.933
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,37%
CDB pré 90 dias - ano	6,23%
CDI acumulado - mês	0,04%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,4160/R$ 5,4165
Dolar turismo	R$ 5,4200/R$ 5,5930
Euro turismo	R$ 6,6130/R$ 6,6150

POLÍTICA

TIT-BITS

Inclusão da proteção de dados pessoais na Constituição

A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira (31/8) a PEC 17/19, do Senado, que torna a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, um direito fundamental, além de remeter exclusivamente à União a função de legislar sobre o tema.

Justiça condena réu por injúria racial contra professora

De acordo com a denúncia, o réu foi até a sala de aula e, sem nenhum motivo aparente, empurrou a professora pelo ombro e disse: "Você é preta, quem pensa que é? Nós somos brancos e você não pode se desfazer da minha filha". O pai de outra criança, que testemunhou a cena, chamou a polícia.

Ministro suspende quebra de sigilos da produtora

Decisão da CPI da Covid, que determinava a quebra dos sigilos telemático e telefônico da produtora Brasil Paralelo, ligada aos movimentos bolsonaristas, foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. A determinação foi tomada na noite de quinta-feira (2/9), pelo ministro Gilmar Mendes.

Nome afetivo requer prova de benefício

A concessão de tutela antecipatória para permitir o uso do nome afetivo por criança sob a guarda provisória de adotantes exige a realização de estudo psicossocial, para avaliar se o novo nome trará ao menor um benefício efetivo que seja superior ao eventual prejuízo decorrente do insucesso da adoção.

STF garante a alunos isenção de taxa para o Enem

STF formou maioria para garantir a reabertura da inscrição no ENEM para quem pedir a isenção de taxa. Portanto, está suspensa a exigência de justificativa da falta para os candidatos ao exame de 2021, como tinha determinado o Ministério da Educação.

Fiesp: Reforma do IR precisa de mudanças

O texto do PL 2.337, que reforma o Imposto de Renda, aprovado na Câmara dos Deputados, precisa ser aperfeiçoado. Alguns segmentos, sobretudo as empresas de médio porte, serão prejudicados, o que é inaceitável neste momento em que precisamos estimular a recuperação econômica e a geração de empregos.

Ministro suspende novamente ação sobre Lei da Ficha Limpa

Um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes, apresentado nesta sexta-feira (3/9), suspendeu novamente o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da ação que discute o prazo pelo qual um candidato é considerado inelegível pela Lei da Ficha Limpa.

Justiça mantém decisão sobre isenção de testemunha na dispensa de colega

Um empregado que participa diretamente dos fatos que resultam na despedida por justa causa de uma colega não tem isenção de ânimo para atuar como testemunha da empresa na ação trabalhista movida pela profissional dispensada.

Empresários, STF e Pacheco fazem defesa da democracia

(Foto: Senado)

Às vésperas do 7 de Setembro, quando estão programados atos no País convocados pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores, a defesa da democracia, da harmonia entre os Poderes e de reformas que sustentem a recuperação econômica permeou manifestos, comunicados e declarações de representantes do empresariado nacional, de instituições bancárias e das cúpulas do Judiciário e do Congresso Nacional.

Após vir a público a iniciativa da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) - suspensa pelo seu presidente, Paulo Skaf, que adiou a divulgação de um documento que cobra a harmonia entre os Poderes -, empresários mineiros divulgaram anteontem um manifesto destacando que a "ruptura pelas armas, pela confrontação física nas ruas, é sinônimo de anarquia" e "a democracia não pode ser ameaçada, antes, deve ser fortalecida e aperfeiçoada".

Durante esta semana, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) reafirmou, em nota, o apoio ao manifesto "A Praça é dos Três Poderes", encampado pela Fiesp. A entidade, no entanto, procurou se desvincular das decisões da Fiesp e considerou que o manifesto, "aprovado por governança própria, foi amplamente divulgado pela mídia, cumprindo sua finalidade".

Na seara do Judiciário, numa enfática e direta mensagem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, disse ontem que a Corte está vigilante aos movimentos do Dia da Independência e não vai tolerar atos atentatórios à democracia. Quase ao mesmo tempo, em reunião com o Fórum de Governadores, o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu um esforço entre todos os agentes políticos para a construção de um ambiente de estabilidade política.

Intitulado "Segundo Manifesto dos Mineiros ao Povo Brasileiro", em alusão ao documento assinado por lideranças estaduais, em 1943, que exigia o fim do Estado Novo e a redemocratização do Brasil (na época, a carta aberta trilhou o caminho para o surgimento de diversas outras, contribuindo para um clima político que levou à deposição de Getúlio Vargas em 1945), o documento assinado por representantes de peso da economia mineira - entre eles Salim Mattar, fundador da Localiza e ex-secretário de Desestatização do governo Bolsonaro; Cledorvino Belini (ex-presidente da Fiat Chrysler Automobiles); Henrique Moraes Salvador Silva e José Henrique Dias Salvador (Rede Mater Dei); Modesto Carvalho de Araújo Neto (Drogaria Araújo) e Evandro Neiva (Grupo Pitágoras) - defende reforma do Estado e diz que "as mudanças estruturais que o Estado brasileiro necessita (e que o povo brasileiro reclama) exigem das lideranças, todas, e daqueles que ocupam cargos e funções nas estruturas produtivas e fornecedoras de serviço e de conhecimento (tanto públicas quanto privadas) uma urgente tomada de posição".

O texto, que não cita Bolsonaro, foi divulgado horas depois de a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) divulgar um outro manifesto com críticas ao Supremo e apoio a temas defendidos pelo presidente. No documento, os industriais mineiros pedem que o STF revise sanções e a possibilidade de desmonetização de sites e portais de notícias acusados em inquéritos contra as fake news, alegando que trata-se de uma luta pela "segurança jurídica e institucional" e contra o "cerceamento à liberdade de expressão".

No "Segundo Manifesto dos Mineiros", o foco é outro. Os empresários e executivos defendem uma reforma do Estado brasileiro, com "a reforma político-eleitoral, a reforma administrativa, a reforma do sistema de educação (só a educação transforma as pessoas), a reforma do sistema de segurança, a reforma orçamental e econômica, a reforma do sistema tributário (so reformas de conteúdo)".

Afirmam que "é preciso pôr fim à vida estamental do aparelho do Estado que, no Brasil, desde sempre, é uma presa capturada por grupos de pessoas que se autoprivilegiam e conduzem a vida das pessoas segundo seus interesses pessoais" e fazem referência ao clima de tensionamento institucional e ameaças que vive o País.

"A ruptura pelas armas, pela confrontação física nas ruas, é sinônimo de anarquia, que é antônimo de tudo quanto possa compreender uma caminhada serena, cidadã e construtiva. A democracia não pode ser ameaçada, antes, deve ser fortalecida e aperfeiçoada. O que se pretende de provocar é outro tipo de ruptura: a ruptura através das ideias e da mudança de comportamentos em todas as dimensões da vida", afirma o manifesto.

Signatários deste documento ouvidos pelo Estadão negaram que ele fosse um contraponto ao texto da Fiemg. Na abertura da sessão de julgamento da tese do "marco temporal" das terras indígenas, o presidente do Supremo tratou do tema liberdade de expressão. "Num ambiente democrático, manifestações públicas são pacíficas; por sua vez, a liberdade de expressão não comporta violências e ameaças. O exercício de nossa cidadania pressupõe respeito à integridade das instituições democráticas e de seus membros", afirmou Fux. No 7 de Setembro estão previstas também manifestações da oposição ao governo Bolsonaro. O ministro afirmou que o Supremo "confia que os cidadãos agirão em suas manifestações com senso de responsabilidade cívica e respeito institucional, independentemente da posição político-ideológica que ostentam".

Bolsonaro veta dispensa da prova de vida no INSS

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que propõe medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante a pandemia da covid-19. Bolsonaro vetou, no entanto, a dispensa até o dia 31 de dezembro de 2021 da exigência de comprovação de vida perante o INSS, obrigando os segurados a cumprirem a obrigação.

A sanção com o veto foi publicada na edição desta sexta-feira, 3, do Diário Oficial da União. O projeto foi aprovado pelo Congresso no dia 11 de agosto. A prova de vida é feita uma vez por ano pelas instituições financeiras com o objetivo de impedir fraudes e garantir o pagamento dos benefícios sem interrupções.

Em razão da pandemia da covid-19, a exigência tinha sido suspensa em março do ano passado, mas voltou a ser cobrada em 1 º de junho deste ano. O projeto aprovado pelo Congresso, agora transformado em lei, voltava a dispensar até o final do ano essa obrigação.

A justificativa ao veto é que a nova lei já oferece alternativas neste caso: bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados; bancos também deverão dar preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção; prova de vida pode ser realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no INSS.

"Para garantir a segurança de aposentados e pensionistas, a nova lei cria a possibilidade de realização da prova de vida por meios alternativos, que serão ofertados pela rede bancária, assim como a priorização do atendimento, quando houver necessidade de apresentação presencial nas agências", diz a Secretaria-Geral em nota.

Para as pessoas que se encontram acamadas, hospitalizadas, com dificuldades de locomoção ou que sejam maiores de 80 anos, que não possuam procurador ou representante legal cadastrado, destaca a Secretaria-Geral, é possível solicitar a prova de vida por atendimento domiciliar quando necessário ou o atendimento facilitado da instituição financeira onde esteja seu pagamento.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques - Administração
Elaine Fernandes - Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Disputa pela vaga de Serra no Senado abre nova crise no PSDB

(Foto: Senado)

Em compasso de espera pela anunciada decisão do ex-governador Geraldo Alckmin de deixar o PSDB, os tucanos abriram uma nova frente de disputa interna na legenda em São Paulo, desta vez pela escolha do candidato ao Senado em 2022. O mandato de José Serra termina no ano que vem, mas ele se afastou do cargo após ser diagnosticado com Parkinson.

Tucano da ala histórica do PSDB, o ex-deputado José Aníbal é o suplente de Serra e assumiu o cargo por pelo menos quatro meses, mas se cacifou na sigla para ser o candidato no ano que vem. Os prefeitos tucanos Orlando Morando (São Bernardo do Campo) e Duarte Nogueira (Ribeirão Preto) chegaram a articular um apelo público para que Alckmin fosse indicado para disputar o Senado e, assim, ficasse no partido, mas o ex-governador resiste à ideia e já anunciou publicamente que planeja sair do PSDB.

Embora ainda não tenha feito nenhum gesto formal de que pretende disputar o Senado, Aníbal já tem um adversário interno que está em campanha aberta no partido: o presidente do PSDB paulistano, Fernando Alfredo, que encabeça a ala "covista" da sigla. "Se ele (Aníbal) quiser ser candidato, terá que se inscrever nas prévias Hoje eu sou o único inscrito", disse Alfredo ao Estadão.

O presidente do PSDB paulistano já reuniu o apoio de 22 dos 52 diretórios zonais do partido e espera selar a adesão dos demais até o fim de setembro. "Eu só não vou disputar o Senado se o Geraldo (Alckmin) ficar e for candidato. Essas conversas não serão tratadas em uma sala com charuto e vinho caro. É a militância que vai decidir", afirmou o dirigente tucano. Procurado pela reportagem, o senador José Aníbal não quis comentar o assunto.

A escolha do candidato do PSDB ao Senado no ano que vem é tratada com cautela e causa desconforto nos bastidores da legenda. Dirigentes da legenda disseram, por exemplo, que houve constrangimento no ato de filiação de Tomás Covas, filho de Bruno Covas. Na ocasião, com Aníbal no palanque, aliados de Alfredo colocaram faixas defendendo o seu nome para o Senado, o que provocou mal-estar.

Divergências - A cúpula do PSDB paulista descarta realizar as prévias para o Senado no mesmo dia das prévias nacionais e para governador, marcadas para 21 de novembro, e afirmou que Serra será ouvido na hora de definir o nome do candidato. Já aliados do governador João Doria consideram a possibilidade de o partido abrir mão de lançar um nome próprio na disputa para contemplar um dos partidos da coligação.

Embaixada dos EUA pede que americanos evitem áreas de atos do 7 de Setembro

A embaixada dos Estados Unidos do Brasil alertou americanos que estejam no País a evitar áreas próximas aos protestos convocados para 7 de setembro. A recomendação foi feita nesta sexta-feira, em publicação no Twitter.

"São esperadas manifestações nas principais cidades do Brasil na terça-feira, 7 de setembro. A Embaixada dos EUA no Brasil adverte os cidadãos dos EUA a evitar áreas próximas a protestos e manifestações, já que mesmo as manifestações destinadas a ser pacíficas podem se tornar conflitantes", diz a postagem da embaixada. Atos bolsonaristas e contrários ao governo foram convocados para o Feriado da Independência em todo o País, o que pode levar a confrontos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

CPI expõe elo de lobistas e filhos de Bolsonaro

Documentos da CPI da Covid no Senado indicam um cerco de lobistas aos filhos do presidente Bolsonaro. Uma troca de conversa pelo WhatsApp em poder da comissão mostra que Jair Renan recorreu à ajuda de um lobista para abrir sua empresa privada em Brasília. Um outro documento, ao qual o Estadão teve acesso, aponta outro lobista pedindo ajuda ao senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) para conseguir uma agenda no Ministério da Saúde envolvendo compra de vacinas.

As mensagens que envolvem Jair Renan foram apreendidas pelo Ministério Público Federal do Pará no celular do lobista Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria e repassadas à CPI. O telefone foi apreendido em uma investigação do MP, no ano passado. Ao se depararem com mensagens que citavam a empresa Precisa Medicamentos, a Procuradoria da República compartilhou o material com os senadores. As mensagens do lobista com Jair Renan foram reveladas pelo jornal O Globo no dia 15 de agosto.

O conteúdo inclui também conversas com Ana Cristina Siqueira Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Jair Renan, e a advogada Karina Kufa, que defende o presidente. A CPI já aprovou requerimento para ouvir Karina, mas ainda não marcou a data do depoimento.

Segundo a troca de mensagens, de setembro do ano passado, Jair Renan, em vez de buscar os caminhos oficiais, procurou o lobista para abrir uma produtora de eventos em Brasília. "Bora resolver as questões dos seus contratos! Se preocupe com isso. Como te falei, eu e o William estamos à sua disposição para te ajudar", escreveu Faria ao filho do presidente, citando o advogado William de Araújo Falcomer dos Santos. Jair Renan respondeu e citou seu sócio, Allan Lucena. "Show, irmão. Eu vou organizar com Alan a gente se encontrar e organizar tudo", afirmou.

(Foto: Senado)

Omar Aziz, presidente da CPI da Pandemia, conversa com integrantes da comissão após o não comparecimento do lobista Marconny Faria: novo depoimento está marcado para o dia 15 de setembro.

Bolsonaro: 7/9 será 'ultimato para duas pessoas que precisam entender seu lugar'

(Foto: EBC)

O presidente Bolsonaro ameaçou ontem, 3, responder a ações consideradas por ele "inconstitucionais". Convocando, mais uma vez, apoiadores a participar dos atos no dia 7 de setembro, ele também disse que as manifestações serão um "ultimato" a "duas pessoas" que estariam atrapalhando seu governo. "Nós não precisamos sair das quatro linhas da Constituição. Ali temos tudo o que precisamos. Mas, se alguém quiser jogar fora das quatro linhas, nós mostraremos o que poderemos fazer, também", declarou o chefe do Executivo, em cerimônia para assinar o contrato de concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em Tanhaçu (BA). "Vamos derrotar aqueles que querem nos levar para o caminho da Venezuela, juntos seremos vitoriosos", acrescentou.

Sem citar nominalmente os ministros Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, do STF, considerados pelo presidente seus inimigos políticos, Bolsonaro disse que "duas pessoas" precisariam entender o seu lugar. "Não podemos admitir que uma ou duas pessoas, usando a força do poder, queiram dar outro rumo para nosso País. O recado de vocês, povo brasileiro, nas ruas, na próxima terça-feira, dia 7, será um ultimato para essas duas pessoas", declarou. "Eu duvido que aqueles um ou dois que ousam nos desafiar, desafiar a Constituição. Quem dá esse ultimato não sou eu, é o povo".

CPI da Covid: Aziz confirma que Marconny Faria prestará depoimento no dia 15

(Foto: Senado)

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), confirmou que Marconny Faria, apontado como lobista da Precisa Medicamentos, prestará depoimento ao colegiado no próximo dia 15 de setembro.O senador também certificou que Marco Tolentino, suspeito de ser sócio oculto do FIB Bank, teve a oitiva agendada para 14 de setembro. Ambos deveriam ter comparecido ao Senado nesta semana. Marconny deveria ter prestado depoimento à CPI nesta quinta-feira (2), mas não pode ser localizado pelo comando do colegiado. A CPI então teve que recorrer a um "Plano B" e recolher o testemunho do ex-secretário de saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho, preso pela operação Falso Negativo, da Polícia Federal. Como reação à ausência de Marconny, a CPI aprovou requerimentos para sua "condução coercitiva", além da apreensão de seu passaporte.

Nesta sexta-feira, 3, em entrevista à Globo News, Aziz afirmou que os advogados de Marconny entraram em contato com ele confirmando a oitiva para o próximo dia 15. Mesmo assim, o presidente da CPI disse que manterá os pedidos de sua condução sob vara. Caso o convocado não compareça na data prevista, Aziz pediu "a imediata condução coercitiva com o uso da força policial necessária".

Aziz também confirmou que no dia 14 de setembro a CPI planeja recolher o depoimento do empresário Marco Tolentino, apontado como "sócio oculto" da FIB Bank, instituição que está na mira do colegiado. Tolentino tinha apresentado - assim como Faria - um atestado médico alegando sua incapacidade de comparecer ao Senado. O comando da CPI, no entanto, colocou em cheque a incapacidade de Tolentino após, no mesmo dia em que estava prevista sua oitiva, Tolentino participar de uma entrevista para o portal O Antagonista.

Durante a reunião de ontem da CPI, Aziz já havia declarado que Tolentino compareceria à comissão nem que fosse de maca. "O Marcos Tolentino é um fraudador, e não vai fraudar uma doença? É esse cidadão que se interna na véspera de ser ouvido. Ele vem para cá nem que seja de maca. Mas vai vir aqui", declarou.

Sete de Setembro - Aziz também comentou sobre as manifestações em apoio ao governo marcadas para o próximo dia 7 de setembro. Segundo o senador, os atos não vão diminuir os preços do gás e da cesta básica.

Ex-assessor de Flávio implica família Bolsonaro em 'rachadinhas' e outros crimes

Um homem que se apresenta como ex-assessor parlamentar do senador Flávio Bolsonaro (Patriota) e afirma ter trabalhado durante 14 anos para a família do presidente Bolsonaro, acusa os irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro (que é vereador no Rio pelo Republicanos), além da advogada Ana Cristina Valle, ex-mulher do presidente, de terem praticado o esquema de "rachadinhas", entre outros crimes. Marcelo Luiz Nogueira dos Santos brigou com Ana Cristina neste ano e deu entrevista ao site Metrópoles, narrando sua versão dos fatos.

O ex-assessor disse que começou a trabalhar com a família Bolsonaro após um pedido de seu namorado, que era cabeleireiro de Ana Cristina, então mulher do presidente, em 2002. Nogueira afirmou ao site que começou a trabalhar na campanha eleitoral de Flávio Bolsonaro, que concorria pela primeira vez a deputado estadual no Rio. Flávio se elegeu, e Nogueira foi convidado a se tornar assessor parlamentar de nível quatro, com salário bruto oficial de R$ 7.326.

Mas havia uma condição, exposta por Ana Cristina: ele teria de devolver 80% do salário, no esquema conhecido como "rachadinha", o que é crime. Nogueira diz que aceitou a proposta e que trabalhou de 19 de fevereiro de 2003 a 6 de agosto de 2007. Nesse período, segundo ele, outros funcionários também devolviam ao gabinete porcentuais de seus vencimentos.

Ana Cristina era a responsável pelo recolhimento. Nogueira afirmou ao Metrópoles que o esquema vigorava tanto no gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj como no de Carlos Bolsonaro, vereador na capital fluminense desde 2001. A advogada só teria deixado de exercer a função ao se separar de Jair Bolsonaro, em 2007.

O MPT-DF confirmou ao Metrópoles que o empregado, de fato, fez a denúncia e uma investigação foi aberta para apurar o caso. Em nenhum dos momentos em que trabalhou para Ana Cristina ou para Jair Bolsonaro (para ser babá de Jair Renan), Nogueira foi registrado como empregado.

Avaliação negativa do governo vai a 50,6%, diz pesquisa ModalMais/APExata

A popularidade do governo Jair Bolsonaro apresentou piora nesta semana. De acordo com pesquisa do banco ModalMais em parceria com a AP Exata, adiantada ao Broadcast Político, o porcentual de pessoas que avaliam a gestão federal como ruim ou péssima subiu de 50,3% para 50,6% nos últimos sete dias, enquanto aqueles que veem o governo como bom ou ótimo cederam de 28,2% para 27,5%. A avaliação regular, por sua vez, oscilou de 21,5% para 21,9% no mesmo intervalo.

7 de setembro - Segundo a pesquisa, os protestos pró-Bolsonaro convocados para o dia da independência têm encontrado dificuldades de angariar apoio fora da bolha governista. "As manifestações sobre ruptura democrática têm sido periféricas, o que demonstra que o movimento não é golpista", defendem os institutos, que identificaram aumento de 142% nas menções aos evangélicos quando o assunto são as manifestações de 7 de setembro.

Legislativo - O levantamento ainda traz que as resistências no Senado a projetos endossados na Câmara expõem "uma dissonância" entre os presidentes das Casas, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Arthur Lira (PP-AL). "A semana termina revelando que a articulação política do governo está se deteriorando", afirma o relatório.

Nesta semana, o Senado rejeitou a Medida Provisória (MP) da minirreforma trabalhista, endossada pela Câmara. Além disso, nos bastidores, senadores mostram resistência à reforma do imposto de renda, também aprovada pelos deputados.

Reforma já tem resistência no Senado

Apesar do avanço na Câmara, a reforma do Imposto de Renda já enfrenta obstáculos no Senado. A proposta corre o risco de ser colocada de lado em meio à defesa dos senadores por uma ampla mudança no sistema tributário no País. Nem mesmo as alterações aprovadas pelos deputados parecem ser suficientes para convencer o Senado a chancelar o projeto.

O Estadão/Broadcast conversou com senadores durante a votação dos chamados destaques (sugestões de alterações) do projeto na Câmara.

Os parlamentares listam uma série de impasses: insatisfação com o presidente Jair Bolsonaro, embate com o ministro da Economia, Paulo Guedes, risco de queda na arrecadação de Estados e municípios e falta de empenho do Planalto para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária.

Senadores estão divididos entre engavetar a reforma do IR ou juntá-la à PEC da reforma tributária, considerada mais ampla por fundir tributos federais, estaduais e municipais. A simples aprovação do projeto patrocinado pela equipe econômica não conta com apoiadores entre os líderes do Senado.

A reforma do IR foi discutida ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), em uma reunião com governadores. Pacheco afirmou que o projeto será debatido, mas não antecipou posição. "Temos essa distribuição federativa que deve sempre lembrar que municípios e Estados precisam ser valorizados, considerando que nós vivemos nos Estados e nos municípios, e não na União", disse.

Se o projeto avançar no Senado, governadores querem garantir formas de repasses que compensem eventual perda de arrecadação. "Enquanto estávamos na agenda, não tínhamos posição final da Câmara, mas acertamos diálogo sobre projetos de interesse da federação, especialmente Estados e municípios", afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

A avaliação dos senadores é a de que o governo ficou sem coordenação na agenda de mudanças tributárias. "Não quero nem discutir se há queda de arrecadação ou não. Na minha opinião, você faz reforma ou não faz", disse o líder do Podemos no Senado, Alvaro Dias (PR).

"A liderança do governo irá trabalhar para aprovar a reforma do IR. É cedo para dizer se haverá necessidade de ajustes", disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), apontando uma estratégia para tentar superar a insatisfação na Casa: "Persistindo no diálogo e melhorando o relacionamento com os parlamentares".

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

Gasolina já subiu 27% desde janeiro, mostra Índice de Preços Ticket Log

O litro da gasolina ficou 27% mais caro, de janeiro a agosto, segundo o Índice de Preços Ticket Log (IPTL). No mês passado, o combustível foi vendido, em média, a R$ 6,119. Comparado a julho, a alta foi de 1,88%. A pesquisa foi realizada em 21 mil postos varejistas credenciados da Ticket Log, empresa gestora de frotas e de soluções de mobilidade.

Pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), mostra que a gasolina chegou a ser vendida a R$ 7,219 na semana de 22 a 28 de agosto, último período em que foi divulgada. Os dois postos que comercializam o combustível mais caro do País estão localizados no município de Bagé, no Rio Grande do Sul, e são de bandeira Ipiranga. O segundo, na mesma cidade, é da Petrobras Distribuidora. Nele, o litro da gasolina custa R$ 7,185.

De acordo com o IPTL, o preço da gasolina subiu em todo País. A alta mais expressiva, na média do mês, de 3,09%, foi registrada na região Centro-Oeste, que também apresentou o maior valor, em agosto, de R$ 6,268. A menor alta foi registrada no Nordeste, de 1,39%, enquanto, no Sul, onde é vendida a gasolina mais cara do País, foi encontrado o menor valor por litro, de R$ 5,912.

No recorte por Estados, o Rio de Janeiro liderou o ranking dos que cobram o maior preço por litro, R$ 6,524, alta de 2,19% em comparação a julho.

Meirelles vê ‘calote técnico’ em proposta de parcelamento de precatórios

O ex-ministro da Fazenda, ex-presidente do Banco Central (BC) e atual Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, disse ontem, 3, que a proposta de parcelamento do pagamento de precatórios pelo governo federal equivale a um calote técnico, mesmo que não contrarie normas jurídicas a partir do momento em que se aprova uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que autoriza a medida. “É um calote técnico, o credor tem uma dívida a receber do governo federal e o governo aprova algo no Congresso e não paga a dívida no tempo definido e sacramentado pela Justiça, configura-se um calote técnico da mesma maneira que mudanças da legislação podem ser chamadas de pedaladas para evitar uma furada jurídica do teto”, disse Meirelles.

(Foto: EBC)

Meirelles afirmou que, para abrir espaço para novas despesas discricionárias como gastos com programas sociais ou investimentos, seria necessário aprovar uma reforma administrativa séria.

Para o secretário, a principal vantagem do teto de gastos era fazer com que o governo precisasse eleger prioridades no Orçamento.

Meirelles afirmou que, para abrir espaço para novas despesas discricionárias como gastos com programas sociais ou investimentos, seria necessário aprovar uma reforma administrativa séria que reduzisse o custo de financiamento da máquina pública. “Não adianta dizer que está muito grande o precatório. Está bom, então, deixa de gastar em outras coisas, é uma despesa como outra qualquer. Começa-se a falar em termos que são sofismos: eu não dou um calote no mercado financeiro, mas dou calote em outro tipo de credor, e isso é diferente”, comentou.

Segundo Meirelles participou de painel no evento Finanças Mais, organizado pelo jornal O Estado de S. Paulo, na manhã de ontem, 3. Meirelles, o Estado de São Paulo está pagando integralmente os precatórios e abriu espaço no Orçamento por meio de uma reforma administrativa “séria”.

Produção de setor cresce 15,7% no acumulado de janeiro a julho, diz Abinee

A produção da indústria elétrica e eletrônica, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), cresceu 15,7% no acumulado de janeiro a julho de 2021 comparativamente ao mesmo período do ano passado. Segundo a Associação, a produção acumulada nos primeiros sete meses deste ano foi 2,4% acima da verificada de janeiro a julho de 2019, período anterior à pandemia.

Ao comparar com o acumulado de janeiro a julho do ano passado, o resultado na produção do setor decorreu da elevação de 19,3% da área elétrica e do acréscimo de 11,7% da área eletrônica. Em julho, a produção da indústria elétrica e eletrônica recuou 2,4% na comparação com o mês imediatamente anterior, considerando os ajustes sazonais. Já em relação a igual mês de 2020, a produção do setor caiu 5,4%.

De acordo com a Abinee, a partir de julho do ano passado, a base de comparação torna-se mais forte, uma vez que a produção do setor estava se recuperando dos piores efeitos da pandemia na atividade econômica, já apresentando resultados superiores aos verificados em iguais meses de 2019, período anterior à pandemia. A queda na produção do setor em julho de 2021 em relação a julho de 2020 resultou do recuo de 6,8% da área eletrônica e da retração de 4,1% da área elétrica.

Questões de investidor estrangeiro são fiscal, ambiental e política, diz Funchal

(Foto: EBC)

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, disse ontem, 3, que os investidores, sejam eles domésticos ou estrangeiros, têm questões muito similares em relação às áreas fiscal e política. “Político e fiscal estão alinhados com as dúvidas internas. Para o estrangeiro, tem também o meio ambiente”, citou. Funchal lembrou que no Programa Anual de Financiamento (PAF), o Tesouro Nacional incorporou a pauta ESG em seus parâmetros. A sigla em inglês trata de padrões de sustentabilidade, social e de governança. “Pretendemos fazer emissão de um bond soberano ESG”, repetiu.

O secretário salientou, no entanto, que, depois que o Brasil perdeu sua classificação de grau de investimento, houve uma queda “bastante grande” do volume de estrangeiros que investem em títulos brasileiros.

“Nosso foco é local, mas não deixamos de olhar para fora”, ponderou, explicando que as conversas com esses investidores continuam a ocorrer.

Controle de gastos - Funchal disse ainda que mesmo com a arrecadação crescendo, como vem acontecendo, se faz necessário o governo continuar a bater a tecla de que é preciso controlar os gastos.Para o secretário, que participou do evento virtual Scoop Day, organizado pela plataforma TC, alguns destaques são sempre preciso serem feitos.

“Independente da fonte do crescimento da arrecadação, a gente sempre tem que bater na mesma tecla. A melhora de resultado é porque estamos controlando despesas e dado que controla despesas a partir do teto, vai virar resultado na arrecadação e impactos na dívida”, disse o secretário.

Sobre quanto da arrecadação é preço (inflação) e quanto é quantidade (crescimento), Funchal disse que, por uma regra de bolso, um terço é crescimento, que este ano vai ser de um pouco mais de 5%, e que dois terços vêm de preços, tanto de commodities quando de diferencial de deflator de índice de inflação, no caso o IPCA.

Ruídos políticos se refletem no preço de alimentos e combustíveis, diz Meirelles

O ex-presidente do Banco Central (BC), ex-ministro da Fazenda e atual secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Henrique Meirelles, disse ontem, 3, que ruídos políticos e fiscais no Brasil têm criado pressões inflacionárias adicionais para o País, em um contexto de choques globais que também elevam preços.

Segundo ele, os ruídos no País fazem com que o real fique depreciado em relação ao dólar. Isso implica em elevação ainda mais forte de preços de itens como alimentos e combustíveis em real no Brasil, aliado ao cenário de aumento dos preços de commodities no mercado internacional.

“Temos aqui algumas situações específicas, criadas primeiro por questões políticas, confrontos, e, por outro lado, por algumas medidas controversas na área de administração macroeconômica, como a questão do parcelamento dos precatórios”, disse Meirelles durante painel no evento Finanças Mais, organizado pelo Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), pelo jornal O Estado de S. Paulo e pela Austin Rating nesta sexta. Também participando, o ex-presidente do BC e atual presidente do conselho de administração do Credit Suisse, Ilan Goldfajn, avaliou que o choque da covid gerou um quadro de queda da atividade e alta da inflação no País.

“Agora, temos um quadro de saída da crise da covid, houve uma recuperação forte”, disse Goldfajn. O economista prevê crescimento em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, com desaceleração da atividade em 2022, quando o PIB deve crescer 1,5%.

Governo prorroga prazo de recolhimento de tributos a distribuidoras de energia

Depois de definir um reajuste menor do que o necessário para as bandeiras tarifárias, o governo decidiu socorrer as distribuidoras e concedeu às empresas um prazo maior para que recolham impostos. A Medida Provisória editada pelo presidente Jair Bolsonaro permite que o recolhimento da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e das Contribuições Previdenciária referentes aos meses de agosto, setembro e outubro deste ano seja feito apenas em dezembro.

Diante da escassez nos reservatórios das principais hidrelétricas, as empresas têm negociado com usinas térmicas, que geram energia mais cara. Esses custos são repassados aos consumidores por meio das bandeiras tarifárias. Mas, quando o valor recolhido não é suficiente, as empresas são obrigadas a “carregar” essas despesas até o reajuste anual. De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica, a conta Bandeiras registrou déficit de R$ 5,2 bilhões em julho. Com a MP, que ainda será publicada no Diário Oficial da União, as distribuidoras poderão “engordar” o caixa por três meses e adiar a despesa para o fim do ano sem pagar multa por atraso.

“A medida é justificada em razão da longa estiagem vivenciada pelo País, registrando, inclusive, a pior série hidrológica dos últimos 91 anos. A estiagem pressionou as distribuidoras de energia elétrica com o aumento do custo da geração de energia elétrica, com o acionamento de termelétricas e a importação de outros países, com a finalidade de atender a demanda interna”, diz o comunicado da Secretaria-Geral da Presidência da República. Na nota, a Secretaria-Geral ressalta que a proposta não implica em renúncia de receitas para União, “considerando-se que a prorrogação de prazos estabelecida prevê que os tributos restariam pagos integralmente ainda dentro do exercício financeiro de 2021, não acarretando diminuição da receita primária da União”. Na terça-feira, 31, o governo anunciou a criação de uma taxa extra na conta de luz por causa da escassez.

Ministro assina autorização de ferrovias em MG, SP, PR, ES, PI, PE, MT e MA

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, assinou quinta-feira, 2, em cerimônia no Palácio do Planalto, dez pedidos de autorização para a construção de ferrovias em Estados como Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão. No evento, Freitas disse que o governo já passa de R$ 1 trilhão em investimentos contratados, o que vai resgatar a infraestrutura.

“Iniciamos hoje o setembro ferroviário. Estamos celebrando do nossa independência logística”, afirmou Tarcísio Freitas.

De acordo com o ministro, será assinado na Bahia na sexta-feira, 3, o contrato de concessão da Ferrovia de Integração Oeste/Leste

Confira onde ficam os novos trechos:

- Água Boa/MT - Lucas do Rio Verde/MT: 557 quilômetros de extensão, investimento de R$ 6,4 bilhões;
- Uberlândia/MG - Chaveslândia/MG: 235 quilômetros de extensão, investimento de R$ 2,7 bilhões;
- Estreito/MA - Balsas/MA: 245 quilômetros de extensão, investimento de R$ 2,8 bilhões;
- Shortline entre Perequê/SP - TIPLAN/Porto de Santos/SP: 8 quilômetros de extensão, investimento de R$ 100 milhões;
- Maracaju/MS - Dourados/MS: 76 quilômetros de extensão, investimento de R$ 2,85 bilhões;
- Guarapuava/PR - Paranaguá/PR: 405 quilômetros de extensão, investimento de R$ 15,2 bilhões;
- Cascavel/PR - Foz do Iguaçu/PR: 166 quilômetros de extensão, investimento de R$ 6,25 bilhões;
- Açailândia/MA - Alcântara/MA: 520 quilômetros de extensão, investimento de R$ 6,5 bilhões;
- São Mateus/ES - Ipatinga/MG: 420 quilômetros de extensão, investimento de R$ 5 bilhões;
- Suape/PE - Curral Novo/PI: 717 quilômetros de extensão, investimento de R$ 5,7 bilhões.

Toyota vai produzir em três turnos em Sorocaba a partir de janeiro

A Toyota anunciou nesta quinta-feira que a fábrica de Sorocaba, no interior paulista, vai operar 24 horas por dia - ou seja, em três turnos - a partir de janeiro. Na unidade, são produzidos os modelos Yaris e Corolla Cross, além do Etios para exportação.

A decisão eleva em 25%, de 122 mil para 152 mil carros, a produção anual da montadora em sua maior fábrica no Brasil.

Serão contratadas, ainda neste mês, 450 pessoas para trabalhar no terceiro turno.

A abertura de mais um turno, por elevar a demanda por componentes da fábrica de Sorocaba, vai gerar outras 350 vagas em fornecedores da Toyota, além de 50 nas fábricas de motores e peças da própria montadora em Porto Feliz, cidade vizinha a Sorocaba, e São Bernardo do Campo, no ABC paulista.

Ao comunicar a expansão, a Toyota considerou a decisão como uma confirmação de seu comprometimento com o País, apesar dos desafios que a indústria enfrenta por conta da pandemia, como a falta de peças que vem parando linhas de produção de veículos - inclusive a própria fábrica de Sorocaba por dez dias no mês passado.

“Essa é mais uma prova de que a Toyota acredita no mercado brasileiro e de que, mesmo com todas as adversidades, seguimos buscando soluções que precisam ser conjuntas em prol do desenvolvimento da sociedade brasileira”, afirma, em nota, o presidente da Toyota no Brasil, Rafael Chang.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Chuvas do Ida inundam lares em Nova York e deixam 46 mortos

Enchentes mataram pelo menos 46 pessoas em quatro estados do nordeste dos Estados Unidos (EUA), depois que resquícios do Furacão Ida desencadearam chuvas torrenciais que arrastaram carros, deixaram linhas do metrô de Nova York submersas e impediram voos, disseram autoridades quinta-feira (2).

Em grande parte de Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia e Connecticut, moradores passaram o dia lidando com porões alagados, blecautes, tetos danificados e pedidos de ajuda de amigos e familiares ilhados por inundações.

Pelo menos 13 pessoas morreram na cidade de Nova York, assim como três no condado suburbano de Westchester. O governador de Nova Jersey, Phil Murphy, disse, em um tuíte, que ao menos 23 pessoas do estado foram mortas por causa da tempestade.

Três pessoas foram encontradas mortas em um porão do bairro nova-iorquino de Queens, e quatro moradores de Elizabeth, em Nova Jersey, morreram em um complexo residencial público, inundado por 2,4 metros de água.

O presidente dos EUA, Joe Biden, declarou emergência nos estados de Nova Jersey e Nova York e determinou ajuda federal para ajudar nos esforços locais de recuperação, informou a Casa Branca.

(Foto: EBC)

Pelo menos 13 pessoas morreram na cidade de Nova York, assim como três no condado suburbano de Westchester.

Avenidas foram transformadas em correntezas semelhantes a rios em minutos, quando os aguaceiros chegaram na noite de ontem, prendendo motoristas nas águas que subiram rapidamente. Dezenas de veículos foram encontrados abandonados em avenidas. No condado de Somerset, em Nova Jersey, ao menos quatro motoristas perderam a vida, disseram autoridades.

Uma vítima de Maplewood Township, em Nova Jersey, foi arrastada enquanto parecia retirar destroços de bueiros, contou a polícia. "Infelizmente, algumas pessoas faleceram como resultado disso", disse Murphy em entrevista coletiva em Mullica Hill, na parte sul do estado, onde um vendaval destruiu várias casas.

O Serviço Nacional do Clima confirmou que dois vendavais que arrancaram árvores também atingiram Maryland na quarta-feira, um em Anápolis e outro em Baltimore.

Cofundador do Talibã, mulá Baradar vai liderar novo governo afegão

(Foto: EBC)

O mulá Baradar vai liderar o novo governo do Afeganistão a ser anunciado em breve.

Cofundador do Talibã, o mulá Baradar vai liderar o novo governo do Afeganistão a ser anunciado em breve, disseram fontes do grupo islâmico ontem (3), enquanto seus combatentes enfrentavam forças leais à república derrotada no Vale de Panjshir, ao norte de Cabul. A prioridade mais imediata do novo governo deverá ser impedir o colapso de uma economia abalada pela seca e pela devastação causada por um conflito que se estima ter matado 240 mil afegãos. Baradar, que comanda o escritório político do Talibã, o mulá Mohammad Yaqoob, filho do falecido fundador do grupo, o mulá Omar, e por Sher Mohammad Abbas Stanekzai ocuparão cargos de alto escalão no governo, disseram três fontes.

"Todos os líderes principais chegaram a Cabul, onde os preparativos para anunciar o novo governo estão em estágio final", disse uma autoridade do Talibã à Reuters.

Haibatullah Akhunzada, o líder religioso supremo do grupo, se concentrará em questões de religião e governança nos moldes do Islã, disse outra fonte do Talibã.

O movimento, que tomou Cabul no dia 15 de agosto depois de dominar a maior parte do país, enfrenta resistência no Vale de Panjshir, onde há relatos de combates intensos e baixas.

Japão: Suga desiste de concorrer à reeleição como presidente do PLD

O primeiro-ministro do Japão, Suga Yoshihide, anunciou que não será candidato à eleição para a presidência da maior legenda governista do país, o Partido Liberal Democrático (PLD), que será realizada este mês. A desistência de concorrer à reeleição significa que, em breve, o Japão terá novo premiê.

Suga fez o anúncio nesta sexta-feira (3), em reunião extraordinária da executiva do PLD. Ele disse que não será candidato para se concentrar em medidas de combate ao novo coronavírus. A eleição para a presidência do partido está marcada para o dia 29.

Além disso, ele teria informado que não fará a substituição de ocupantes de cargos na executiva do partido, prevista para segunda-feira 13).

Suga Yoshihide tinha manifestado a intenção de concorrer à reeleição ao se encontrar, nessa quinta-feira, com o secretário-geral do PLD, Nikai Toshihiro.

Hoje, porém, após a reunião de dirigentes do partido, ele afirmou à imprensa que

(Foto: EBC)

Eleição está marcada para o dia 29.

mudou de ideia. "Concluí que devia escolher entre fazer campanha pela reeleição ou me concentrar em medidas de combate ao novo coronavírus, por não ser capaz de lidar simultâneamente com dois desafios tão desgastantes. Decidi, assim, me concentrar no combate à covid-19 para evitar uma propagação maior do contágio."

Um dos interessados em concorrer à presidência do Partido Liberal Democrático é o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Kishida Fumio. A ex-ministra do Interior e Telecomunicações Takaichi Sanae também pretende se candidatar, mas, para concorrer, precisará obter a assinatura de 20 parlamentares filiados ao PLD.

Biden vê quadro positivo nos EUA, mas diz que variante Delta influenciou payroll

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, traçou um quadro positivo sobre a economia do país, em discurso ontem, 3. "O que temos visto é uma recuperação econômica que é durável e forte", afirmou. Biden atribuiu a criação de apenas 235 mil vagas em agosto no país, abaixo da previsão dos analistas, aos impactos da variante Delta da covid-19, enfatizando novamente a importância de se avançar mais na vacinação contra o vírus.

Ele comentou que, com revisões dos dois meses anteriores, a criação de vagas no último trimestre ficou em média em 750 mil ao mês. Destacou que desde sua posse tem havido uma constante de criação de empregos, com alta nos salários, "especialmente para a classe trabalhadora".

"Nós somos a única economia desenvolvida do mundo que agora é maior do que antes da pandemia", destacou. Apenas em agosto, ele admitiu que queria ter visto um dado "mais forte", mas atribuiu isso aos impactos da variante Delta.

O presidente norte-americano disse que a economia dos EUA cresce de modo consistente. Para o quadro seguir positivo, insistiu na importância da vacinação contra a covid-19. Além disso, defendeu seu pacote de gastos em infraestrutura e também sua agenda "Build back better", com propostas de estímulo à economia.

Ataque terrorista na Nova Zelândia deixa seis mortos

A polícia da Nova Zelândia matou o autor de um ataque terrorista que feriu ontem (3) seis pessoas em um supermercado na cidade de Auckland. Três estão em estado grave.

O homem, nacional do Sri Lanka que estava na Nova Zelândia há dez anos, atacou as pessoas no supermercado com uma faca.

"Foi um ataque violento e sem sentido contra inocentes neozelandeses", disse a primeira-ministra, Jacinda Ardern, em entrevista coletiva. Arden classificou o ataque de terrorista. Disse ainda que o "extremista" era conhecido das autoridades.

"O que aconteceu hoje foi desprezível, foi odioso, foi errado", afirmou.

A ação terrorista foi, de acordo com as autoridades, inspirada nas ações do grupo extremista Estado islâmico.

O homem estava sendo monitorado 24 horas por dia e, no momento do ataque, estavasendo seguido.

"Era tido como uma ameaça desde 2016", mas, "por lei, não podia ser mantido na prisão", disse a primeira-ministra.

Auckland está em confinamento rigoroso, para combater um surto do novo coronavírus. A maioria das empresas está fechada, e as pessoas são geralmente autorizadas a deixar as casas apenas para ir a mercearias, para necessidades médicas, ou para fazer exercício.

Um vídeo de um dos clientes, colocado nas redes sociais, mostra o momento em que um segurança pede às pessoas para abandonarem a loja. Pouco depois ouvem-se dez disparos.

A Nova Zelândia está em alerta para ataques terroristas desde que 51 pessoas foram assassinadas em duas mesquitas na cidade de Christchurch, em 2019.

EUA vão investir mais US$ 3 bi para produção de vacinas contra a covid-19

Os Estados Unidos irão investir mais US$ 3 bilhões na cadeia de abastecimento de vacinas contra a covid-19, informou o coordenador da força-tarefa da Casa Branca, Jeff Zients, em coletiva à imprensa quinta-feira.

O orçamento deve ser disponibilizado nas próximas semanas e criar milhares de empregos no país, segundo o porta-voz.

As companhias norte-americanas a receberem o investimento ainda não foram determinadas, de acordo com Zients. "O aumento da produção irá impulsionar o número de vacinas disponibilizadas nos EUA, mas também irá beneficiar as doações a outros países", afirmou. O porta-voz também informou que os EUA doaram mais de 130 milhões de doses do imunizante contra a covid-19 a 90 países, até o momento.

Questionado, o infectologista e principal conselheiro médico da Casa Branca, Anthony Fauci, afirmou que os EUA estão monitorando a nova variante do coronavírus, a Mu, classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no último dia 30 de agosto.

"Estamos atentos à nova cepa, mas a delta ainda é 99% dominante nos EUA", afirmou Fauci, que reforçou a eficácia das vacinas já existentes.

EUA já repassaram US$ 100 mi à Louisiana para lidar com danos, diz Biden

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, informou que o governo norte-americano já repassou US$ 100 milhões em assistência de emergência à população do Estado de Louisiana, atingido pelo furacão Ida. "Estamos colocando US$ 500 nas contas bancárias das famílias assim que nos contatam", disse. Segundo ele, sua gestão está trabalhando para restabelecer a energia em Louisiana o mais rápido possível. "Faremos isso mais rápido do que quando houve o (furacão) Katrina", disse Biden, em coletiva à imprensa, acrescentando que duas pessoas já morreram enquanto trabalhavam para a retomada da energia, dado o perigo do trabalho.

Biden ainda reforçou que sua administração também está trabalhando para garantir disponibilidade de gasolina no estado e acesso à rede telefônica.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

Câmara conclui votação de reforma do IR; texto segue para o Senado

A Câmara dos Deputados concluiu no período da tarde de quinta-feira, 2, a votação da reforma que altera o Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos. Depois de contar com apoio da oposição para avançar no texto na quarta-feira, 1º de setembro, partidos do Centrão emplacaram no dia seguinte uma mudança que reduziu a cobrança de IR sobre dividendos distribuídos por empresas.

Essa foi a única alteração aprovada nesta quinta pelos parlamentares, na votação dos chamados "destaques". Outros 13 foram rejeitados.

Houve ainda pedidos que acabaram sendo retirados ao longo do processo de votação, que durou pouco mais de três horas e meia - novamente sob um ritmo acelerado imposto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

(Foto: Câmara)

Para valer, o texto ainda precisa ser validado pelo Senado Federal - onde o governo sofreu duas derrotas expressivas na noite da quarta-feira.

Para valer, o texto ainda precisa ser validado pelo Senado Federal - onde o governo sofreu duas derrotas expressivas na noite da quarta-feira.

Pelo texto-base aprovado em 1º de setembro, a cobrança de IR sobre dividendos seria de 20%, mas agora foi reduzida a 15% após um acordo liderado por partidos do Centrão, que são base de sustentação ao presidente da República, Jair Bolsonaro. Atualmente, esses rendimentos são isentos de IR. Empresas do Simples e do lucro presumido (muito usado por profissionais liberais) com faturamento de até R$ 4,8 milhões por ano permanecem isentas.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), chegou a recomendar a rejeição do destaque, mas faz questão de ressaltar que, se ele fosse aprovado, não haveria resistências. "O governo assegura que não haverá veto nessa matéria de dividendos", disse. Embora tenha participado do acordo que permitiu o avanço da reforma do IR, a oposição se colocou contrária à mudança na alíquota para dividendos. "Temos que tributar capital igual salário de trabalhador", defendeu o vice-líder do PT, Afonso Florence (BA).

Fontes ouvidas pela reportagem, porém, afirmam que a oposição, mesmo de fora, sabia do combinado. Lira reconheceu que a oposição não fazia parte desse acerto em particular. "O acordo é do lado de cá", disse.

Defendida por parlamentares do Centrão, a aprovação já estava acertada. Prova disso é que a mudança na tributação de lucros e dividendos já fazia parte da tabela de previsão de perdas e ganhos que o relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), encaminhou a Estados e municípios.

Em audiência conjunta, comissões buscam equilíbrio para Lei do Licenciamento Ambiental

(Foto: Senado)

Jaques Wagner e Acir Gurgacz na primeira audiência pública conjunta, quinta.

A Comissão do Meio Ambiente (CMA) e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promoveram nesta quinta-feira (2) a primeira de uma série de seis audiências públicas, coordenadas em conjunto, para debater o Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, que institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Após 17 anos de tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, o trabalho dos senadores será buscar equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, à luz da segurança jurídica, das preocupações internacionais e do resguardo do meio ambiente.

A audiência foi conduzida pelo presidente da CMA, senador Jaques Wagner (PT-BA). Presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO) salientou que o debate "vem na linha de aperfeiçoar, o que não significa afrouxar as regras", mas balancear a atividade produtiva com a preservação ambiental.

- Precisamos das obras estruturantes para o nosso país, mas com a consciência ambiental que é necessária - apontou Gurgacz.

A matéria será relatada pela senadora Kátia Abreu (PP-TO), que considera ser muito importante implementar os debates para que "possamos fazer um relatório bastante seguro para o nosso Plenário".

A audiência teve ampla participação de cidadãos, que, por meio do Portal e-Cidadania, questionaram os debatedores sobre impactos positivos e negativos do PL para o meio ambiente e expuseram preocupações com a preservação em terras indígenas e quilombolas e o tempo médio do licenciamento ambiental, entre outras considerações.

Para debatedores, Fundação Palmares passa por desmonte e é usada para prática de racismo

A Fundação Cultural Palmares (FCP) se tornou instrumento para apagar a memória da população negra e patrocinar o racismo estrutural no país. A denúncia foi feita pelo senador Paulo Paim (PT-RS) a debatedores que participaram de audiência pública nesta quinta-feira (2), na Comissão de Direitos Humanos (CDH), que discutiu a importância da instituição. Eles também criticaram a postura do presidente da instituição, Sérgio Camargo, que, na avaliação dos participantes, tem atuado para a desconstrução das políticas públicas para promoção da igualdade racial. A instituição completou 33 anos no dia 22 de agosto.

Paim ressaltou que a instituição foi criada no âmbito da redemocratização do país, com o objetivo de promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que, ao longo dos anos, contribuiu para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. No entanto, lamentou o senador, está sendo usada para ruptura dessas conquistas e repercutir censuras e preconceitos contra os negros do país.

(Foto: Senado)

No sentido horário, Paulo Paim, Martinho da Vila, Eloi Ferreira de Araújo e Dulce Pereira.

- Ele (Sérgio Camargo) praticamente tirou todas as referências do movimento negro do passado, presente e, se deixar, ele retira até do futuro já. Frases racistas são proferidas quase que diariamente. Infelizmente o espaço da Fundação Palmares tem sido usado para isso, nos dias de hoje, principalmente pelo seu presidente. Disse ele: "A escravidão foi terrível, mas benéfica para seus descendentes. Negros no Brasil vivem melhor do que os negros da África". É lamentável. Eu não vou nem ler outras frases que estão aqui.

Paim aproveitou a ocasião para homenagear o cantor e compositor Martinho da Vila, que também participou da audiência pública.

MP reduz a 120 dias prazo para atualização do rol de coberturas de plano de saúde

O presidente Bolsonaro assinou Medida Provisória que reduz os prazos para atualização do rol de coberturas dos planos de saúde. Pela nova norma, que ainda será publicada no Diário Oficial da União, o processo de atualização dos procedimentos e eventos em saúde suplementar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio do qual novos tratamentos são incluídos nas coberturas obrigatórias, deverá ser concluído em 120 dias, podendo ser prorrogado por mais 60 dias.

Segundo informações do Ministério da Saúde, essa atualização é feita a cada seis meses (180 dias) atualmente, sem prazo fixado para a conclusão do processo.

"O objetivo é trazer mais celeridade ao processo de incorporação de novos tratamentos aos planos de saúde, aplicando-se parâmetros semelhantes aos adotados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), já consolidados no País", diz a Secretaria Geral em nota divulgada nesta quinta-feira.

Se no prazo estabelecido a ANS não se manifestar de forma conclusiva, o medicamento, produto para saúde ou procedimento será automaticamente incluído no rol até que sobrevenha a decisão da agência. "A medida garante a pacientes a continuidade do tratamento iniciado mesmo se a decisão for desfavorável à inclusão", diz a Secretaria Geral.

A MP prevê ainda que tratamentos recomendados pela Conitec passarão a integrar o rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar no prazo de até 30 dias.

Câmara aprova MP que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear

A Câmara dos Deputados aprovou quinta-feira (2) a Medida Provisória 1049/21, que cria um órgão para monitorar, regular e fiscalizar as atividades e instalações nucleares no Brasil a partir do desmembramento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A MP será enviada ao Senado.

A Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) será uma autarquia federal e assumirá essas e outras atribuições da comissão a partir de estrutura a ser definida pelo Poder Executivo.

Entre as atribuições da nova empresa estão estabelecer normas sobre segurança nuclear e proteção radiológica; controlar os estoques e as reservas de minérios nucleares; conceder autorizações para a transferência e o comércio de minerais radiativos; e licenças para usinas nucleares e reatores de pesquisa.

O texto aprovado contou com parecer favorável do relator, deputado Danilo Forte (PSDB-CE), que concordou com a aprovação de uma emenda do deputado Bohn Gass (PT-RS) prevendo sabatina do Senado Federal para a nomeação do diretor-presidente e dos dois diretores da diretoria colegiada da ANSN. Segundo a emenda, os membros da diretoria exercerão mandatos de cinco anos não coincidentes, vedada a recondução.

"Diante da complexidade do que é a energia nuclear, esse é um tema difícil de relatar. Vários países estão abandonando esse tipo de energia, como a Alemanha, mas o Brasil ainda tem problemas de demanda", afirmou o relator.

Taxas - A MP reajusta os valores da Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização (TLC) cobrada hoje pela CNEN e que passará a ser aplicada pela ANSN. Os valores estavam congelados desde 1999 e são reajustados em até 381%. Os novos valores valem a partir de 2022 e, deste ano em diante, serão corrigidos pelo IPCA.

O valor para autorização de operação inicial de reator nuclear, por exemplo, passa de R$ 5,4 milhões para R$ 20,5 milhões. A exploração de Angra 3 já pode ser concedida à iniciativa privada por meio de autorização por 50 anos, conforme a Lei 14.120/21.

Além dos recursos da TLC, a ANSN contará com recursos de multas e do orçamento da União.

Comissão aprova proposta que torna obrigatório tratamento de chorume gerado por aterros sanitários

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1516/19, que torna obrigatório o tratamento do chorume gerado por aterros sanitários.

O chorume ou lixiviado é o líquido escuro gerado pela degradação dos resíduos orgânicos em aterros sanitários.

Pelo projeto, do deputado José Medeiros (Pode-MT), os aterros sanitários em operação terão prazo de dois anos para se adequarem à nova regra.

O parecer da relatora, deputada Bia Cavassa (PSDB-MS), foi favorável à proposta. Ela concorda com o autor que a liberação no ambiente do chorume ou lixiviado produzido nos aterros sanitários contamina o solo, os lençóis freáticos e, consequentemente, causa sérios danos à flora, fauna e à saúde da população.

"Existem soluções tecnológicas economicamente viáveis para o tratamento e disposição adequada do lixiviado resultante da decomposição do material orgânico dos resíduos sólidos depositado nos aterros", disse.

Penalidades - Pelo texto, o descumprimento da medida sujeitará o gestor público às penalidades previstas na Lei dos Crimes Ambientais.

Tramitação - O projeto será analisado agora em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reforma do Imposto de Renda pode custar quase R$ 30 bi no próximo ano, diz IFI

A reforma do Imposto de Renda pode custar R$ 28,9 bilhões aos cofres públicos em perda de arrecadação tributária já em 2022. Essa é a avaliação da Instituição Fiscal Independente (IFI) em nota técnica publicada ontem, um dia depois da aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados (PL 2.337/2021). O texto agora será analisado pelo Senado.

"A não neutralidade da proposta, sob o aspecto fiscal, é preocupante, notadamente em um contexto de fragilidade das contas públicas, com deficit primário ainda elevado e dívida pública bastante superior à média dos países comparáveis", conclui a IFI.

Apesar de a proposta trazer medidas com potencial arrecadatório, como a revisão de benefícios tributários e a criação do imposto sobre lucros e dividendos, o saldo final permanece no vermelho. Para efeito de comparação, o impacto fiscal negativo excede o volume total de investimentos do Poder Executivo previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2022, que é de R$ 24,1 bilhões.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Bolsonaro veta dispensa da prova de vida no INSS

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que propõe medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante a pandemia da covid-19. Bolsonaro vetou, no entanto, a dispensa até o dia 31 de dezembro de 2021 da exigência de comprovação de vida perante o INSS, obrigando os segurados a cumprirem a obrigação.

A sanção com o veto foi publicada na edição de ontem, 3, do Diário Oficial da União. O projeto foi aprovado pelo Congresso no dia 11 de agosto.

A prova de vida é feita uma vez por ano pelas instituições financeiras com o objetivo de impedir fraudes e garantir o pagamento dos benefícios sem interrupções.

Em razão da pandemia da covid-19, a exigência tinha sido suspensa em março do ano passado, mas voltou a ser cobrada em 1 º de junho deste ano. O projeto aprovado pelo Congresso, agora transformado em lei, voltava a dispensar até o final do ano essa obrigação.

A justificativa ao veto é que a nova lei já oferece alternativas neste caso: bancos deverão usar sistemas de biometria para realizar a prova de vida dos segurados; bancos também deverão dar preferência máxima de atendimento para os beneficiários com mais de 80 anos ou com dificuldades de locomoção; prova de vida pode ser realizada por representante legal ou por procurador do beneficiário, legalmente cadastrado no INSS.

"Para garantir a segurança de aposentados e pensionistas, a nova lei cria a possibilidade de realização da prova de vida por meios alternativos, que serão ofertados pela rede bancária, assim como a priorização do atendimento, quando houver necessidade de apresentação presencial nas agências", diz a Secretaria-Geral em nota.

Para as pessoas que se encontram acamadas, hospitalizadas, com dificuldades de locomoção ou que sejam maiores de 80 anos, que não possuam procurador ou representante legal cadastrado, destaca a Secretaria-Geral, é possível solicitar a prova de vida por atendimento domiciliar quando necessário ou o atendimento facilitado da instituição financeira onde esteja seu pagamento.

Na véspera de 7 de Setembro, CNBB cita totalitarismo e pede respeito aos Poderes

Em vídeo sobre o 7 de Setembro, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) orientou os brasileiros a não se deixarem convencer por "quem agride os poderes Legislativo e Judiciário", num recado ao presidente Jair Bolsonaro. "A existência de três Poderes impede totalitarismos, fortalecendo a liberdade de cada pessoa", disse o presidente da CNBB, dom Walmor Oliveira de Azevedo. "Independentemente de suas convicções político-partidárias, não aceite agressões às instituições que sustentam a democracia."

Dom Walmor afirmou na mensagem que o País "está sendo contaminado por sentimento de raiva e de intolerância" e se opôs a uma série de bandeiras e políticas de Bolsonaro, entre elas o incentivo e a facilitação da compra de armas de fogo por civis.

"Muitos em nome de ideologias dedicam-se a agressões e ofensas, chegando ao absurdo de defender o armamento da população. Quem se diz cristã ou cristão deve ser agente da paz, e a paz não se constrói com armas", disse o clérigo.

Bolsonaro e seus apoiadores apelaram ao discurso de viés religioso para conclamar cristãos de diferentes vertentes a aderirem às manifestações a favor do Palácio do Planalto. Isoladamente, padres conservadores haviam incentivado católicos a participarem dos protestos em defesa de Bolsonaro.

(Foto: EBC)

Além do apoio ao presidente, a pauta tem dois assuntos já superados no Congresso Nacional: a adoção do voto impresso e o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal. Parte dos bolsonaristas também clama por uma intervenção militar, em discurso de viés golpista. Pastores de igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais engrossaram as convocações do movimento bolsonarista, alegando a defesa da liberdade de expressão e de culto, e prometeram uma mobilização sem precedentes.

Por meio de seu presidente, a cúpula da principal entidade da Igreja Católica no País demonstrou preocupação com atos violentos e pediu respeito à vida durante as manifestações de rua no Dia da Independência, diante do agendamento de protestos contra e a favor do governo federal. O mote da campanha da CNBB é "somos todos irmãos".

Bolsonaro diz que 'passaporte covid' é um "crime"

O presidente da República, Jair Bolsonaro, chamou de "crime" o decreto adotado pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB), que estabelece o chamado "passaporte covid" no Estado. De acordo com a medida, as pessoas precisarão comprovar que tomaram pelo menos uma dose da vacina para frequentar eventos com mais de 500 pessoas. "Liberdade acima de tudo. Quererem criar um passaporte da covid, isso é um crime. Querer impor regras por decretos estaduais ou municipais, violando o artigo 5º da Constituição, isso é um crime", disse quinta-feira em cerimônia de assinatura de autorizações ferroviárias no Palácio do Planalto.

Bolsonaro sugeriu que adquiriu imunidade contra a covid-19 ao citar suposto resultado de exame IgG, utilizado para verificar nível de produção de anticorpos do organismo contra o vírus causador da doença.

Ele direcionou sua fala ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, sobre quem tem exercido pressão publicamente para formular parecer técnico em favor do fim da obrigatoriedade do uso de máscaras, apesar de evidências científicas indicarem a eficácia do item de segurança sanitária no controle do número de casos. "Deixo claro, Queiroga, te mostrei meu IGG hoje. 991. Não vou entrar em detalhe. Obrigado, Osmar Terra."

O deputado federal Osmar Terra (MDB-RS), um dos parlamentares mais próximos do presidente, defendeu em diversas ocasiões teses contrárias ao consenso científico sobre o combate à pandemia do novo coronavírus.

Em diversas manifestações, apoiou a reabertura de estabelecimentos onde ocorrem aglomerações sob a justificativa de que a população poderia adquirir a chamada "imunidade de rebanho", apesar de órgãos de saúde ressaltarem, já naquela época, a vacinação em massa como única forma possível de superar a crise.

O presidente assumiu que lhe falta conhecimento em assuntos técnicos ao dizer que faz perguntas óbvias aos seus ministros. "Sei das minhas limitações. Pergunto coisas óbvias para ministros. Eles ficam olhando espantados para mim. Eu prefiro que me corrija aqui do que cometer uma gafe em público."

Artistas, personalidades e políticos lamentam morte de Sérgio Mamberti

Desde as primeiras horas da manhã de ontem, 3, artistas, personalidades e políticos lamentaram a morte de Sérgio Mamberti, aos 82 anos, vítima de uma infecção nos pulmões.

O ator estava internado em um hospital da rede Prevent Sênior em São Paulo e teve falência múltipla de órgãos na madrugada desta sexta-feira, 3. Ator, diretor e artista plástico, Mamberti deixou sua marca na dramaturgia brasileira no teatro, cinema e televisão. A tristeza pela morte dele é evidente nas redes sociais, onde diversas pessoas prestam homenagens. "Vai fazer muita falta este grandíssimo ator! Obrigado, Sérgio Mamberti", escreveu o humorista Marcelo Adnet.

O ator Cassio Scapin, fiel companheiro de Mamberti em Castelo Rá-Tim-Bum, também lamentou. "Hoje partiu @sergiomamberti ! Nosso Tio Vitor! Hoje partiu @sergiomamberti um homem, um artista que lutou pelo progresso e desenvolvimento da nação brasileira, com as armas que tinha, a cultura e a arte! Fará imensa falta a sua força! Nosso coração doído se despede com muita dor e uma grande salva de palmas! Bravos meu querido!".

A atriz Mika Lins também prestou uma homenagem: "Sérgio Mambert. Tão importante pra cultura brasileira. Sempre na frente das grandes lutas democráticas". A atriz, bailarina e coreógrafa Angela Dippe fez uma homenagem ao colega no Twitter e publicou uma foto do Dr Vitor, eterno personagem de Sérgio Mamberti em Castelo Rá-Tim-Bum. "Nosso Tio Vitor partiu", lamentou.

STF forma maioria para obrigar pasta da Educação a reabrir inscrições do Enem

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria quinta-feira, 2, para obrigar o Ministério da Educação (MEC) a reabrir o prazo para requerimento de isenção da taxa do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021. A ideia é contemplar estudantes ausentes na edição passada que tiveram dificuldades para pedir isenção da taxa de inscrição neste ano, já que o MEC exigiu documento com justificativa para o não comparecimento na prova. O julgamento está sendo feito no plenário virtual, plataforma que permite aos ministros incluírem os votos no sistema online sem necessidade de reunião física ou por videoconferência. O prazo para depósito das manifestações na plataforma terminou às 23h59 de ontem, 3. Até a publicação desta matéria, os ministros foram unânimes e acompanharam integralmente o relator Dias Toffoli. Votaram Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Luís Roberto Barroso. A análise foi travada a partir de uma ação movida por nove partidos e três entidades estudantis que acionaram a Corte pedindo a reabertura dos prazos, sob o argumento de que a exigência da justificativa para ausência afetou estudantes de baixa renda. A taxa de inscrição no vestibular é de R$ 85. O Enem 2020, realizado em janeiro deste ano após adiamentos em meio à pandemia, teve recorde de abstenções. Na mesma toada, a prova registrou queda de 46,2% no número de inscritos em 2021. Em seu voto, Toffoli afirmou que o Ministério da Educação acabou impondo um "óbice injustificado" para os estudantes participarem do vestibular, principal porta de entrada para o ensino superior. O ministro também disse que a exigência acabou penalizando estudantes que "fizeram a difícil escolha de faltar às provas para atender às recomendações das autoridades sanitárias para conter a disseminação da covid-19" e desprestigiando políticas de combate à pandemia. "Não se pode exigir prova documental do que não pode ser documentalmente comprovado. O contexto excepcional de agravamento da pandemia, presente na aplicação das provas do Enem 2020, justifica que, excepcionalmente, se dispense a justificativa de ausência na prova para a concessão de isenção da taxa no Enem 2021, como garantia de que todos os estudantes de baixa renda possam realizar a prova", escreveu o ministro do STF.

ESPORTES

PARALIMPÍADAS 2020 TÓQUIO

QUADRO DE MEDALHAS

	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1º. China	85	53	46	184
2º. Grã-Bretanha	37	34	40	111
3º. Estados Unidos	34	34	24	92
4º. Atletas da Rússia	34	29	44	107
5º. Ucrânia	24	44	26	94
6º. Holanda	23	15	16	54
7º. Brasil	**21**	**14**	**26**	**61**
8º. Austrália	18	27	27	72
9º. Itália	13	27	25	65
10º. Azerbaijão	12	1	4	17

FONTE CPB — INFOGRAFFO

Projeto de privatização da Sabesp está ligado à melhoria de serviço, diz Garcia

O vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), avalia que o projeto de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) poderia melhorar a oferta dos serviços prestados bem como antecipar o prazo de universalização do acesso ao saneamento básico no Estado. Em entrevista ao Broadcast Live, quinta-feira, 2, Garcia não respondeu sobre o prazo previsto pelo governo para que a empresa passe das mãos do Estado para a iniciativa privada, mas ressaltou que a Sabesp é "uma boa empresa pública e que tem entregado resultados".

"Qualquer decisão de privatização e concessão de serviço público tem que levar em conta o interesse público e o impacto que ela vai gerar na vida das pessoas. Não se fende estatal ou fecha órgão público se não for ao encontro do que as pessoas desejam: melhores serviços, antecipação de serviços", disse ele.

PUBLICIDADE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL N° 201/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ¾ COM BAÚ E PLATAFORMA PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - DATA DA ABERTURA: 22.09.2021 AS 09:30 HORAS. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 03 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

TOMADA DE PREÇO Nº. 06-II/21

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ, com base na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações torna público aos interessados, que se acha reaberta: Tomada de Preços nº. 06-II/21 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria nas áreas de Licitações, Contratos Administrativos, Compras Governamentais, Almoxarifado, Patrimônio, Recursos Humanos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Orçamentos, Contabilidade Pública, Tesouraria, Conciliação Bancária, Tributos e Dívida Ativa, com vencimento às 14:30h do dia 08.10.21. O Edital completo encontra-se disponível no Departamento de Compras, no horário das 08h às 12:00h e das 14:00h às 18:00h, podendo ser adquirido mediante recibo original de depósito do Banco Santander, Agência 0056 Conta Corrente nº. 45000273-2, no valor de R$ 38,20 (trinta e oito reais e vinte centavos) cada edital ou gratuitamente no site desta Prefeitura www.taubate.sp.gov.br.

P.M.T., aos 03/09/21

Fernando Amancio de Camargo – Secretário de Finanças Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL
Edital nº 54 de 03 de setembro de 2021.
Pregão Presencial nº 05/21

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manejo arbóreo através de equipe, remoção de raízes e vegetação de tocos das áreas públicas e laudo tomográfico para este Município por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento – Abertura dos envelopes: 22/09/2021 às 09:00 horas – O edital licitatório e anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 53, 2º andar, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, no horário das 9:00 às 17:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mario Toyama – Secretário de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 03 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté SP CEP 12030.180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs, sendo R$ 38,20 (Trinta e oito reais e vinte centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br.

Pregão eletrônico Nº 211/21, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de material médico hospitalar (curativos), por um período de 12 meses, improrrogáveis, com encerramento dia 22.09.21 às 08h30. A sessão pública ocorrerá no seguinte endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br.

PMT, aos 03.09.2021.

JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ATVOS AGROINDUSTRIAL S.A.

Em Recuperação Judicial - CNPJ: 08.636.745/0001-53

Relatório dos Administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis condensadas do exercício findo em 31/03/2021 e 31/03/2020, acompanhadas das principais notas explicativas. As Demonstrações Contábeis na íntegra estão disponíveis na sede da Companhia.

São Paulo, 04 de setembro de 2021

Balanço patrimonial em 31 de março (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31.03.21	Controladora 31.03.20	Consolidado 31.03.21	Consolidado 31.03.20
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		11.321	33	453.119	122.531
Aplicações financeiras		–	–	3.145	3.279
Contas a receber de clientes		335	425	208.538	153.827
Estoques		–	–	946.900	826.492
Ativos biológicos	7	–	–	535.638	299.687
Tributos a recuperar		73.387	81.046	289.744	374.163
Partes relacionadas		1.013.738	105.993	985.116	1.094.469
Outros créditos		26	3.614	104.275	196.814
		1.098.807	191.111	3.526.475	3.071.262
Não circulante					
Aplicações financeiras		–	–	12.303	19.413
Estoques		–	–	326.166	364.932
Tributos a recuperar		389	1.412	79.378	74.228
Depósitos judiciais		–	–	366	–
Partes relacionadas		1.660.264	302.084	1.665.860	1.635.660
Outros créditos		40	4	1.875	1.831
		1.660.693	303.500	2.085.948	2.096.064
Investimentos	5	–	1.065.136	102.388	113.762
Imobilizado	6	6.326	8.216	6.652.554	7.234.509
Direito de uso	9	–	15.852	1.646.070	2.006.241
Intangível	8	254.563	277.088	2.050.134	2.083.812
		1.921.582	1.669.792	12.537.094	13.534.388
Total do ativo		3.020.389	1.860.903	16.063.569	16.605.650

Passivo e passivo a descoberto	Nota	Controladora 31.03.21	Controladora 31.03.20	Consolidado 31.03.21	Consolidado 31.03.20
Circulante					
Fornecedores		937	51.404	383.602	616.643
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		13.776	–	129.103	–
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	51.445	447.475
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	10	–	–	–	11.250.818
Arrendamentos a pagar	9	–	3.495	90.341	87.963
Parcerias agrícolas a pagar	9	–	–	349.785	384.799
Salários e encargos		–	43.273	136.543	129.440
Tributos a recolher		–	2.480	67.202	53.718
Tributos parcelados		–	–	21.132	14.447
Adiantamentos de clientes		–	–	440.781	640.402
Partes relacionadas		62.552	215.919	3.259	82.771
Outros débitos		1	3	7.217	4.402
		77.266	316.574	1.680.410	13.712.878
Não circulante					
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		27.553	–	258.205	–
Empréstimos e financiamentos	10	–	–	360.787	–
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	10	3.616.824	3.616.824	14.922.812	3.824.551
Arrendamentos a pagar	9	–	12.558	96.677	181.445
Parcerias agrícolas a pagar	9	–	–	1.276.806	1.478.950
Partes relacionadas		62.111	585.075	–	–
Tributos parcelados		–	–	7.554	7.998
Provisão para contingências		10.704	9.630	66.438	69.671
Provisão para perdas em investimentos	5	1.850.913	–	–	–
Outros débitos		–	–	18.862	9.915
		5.568.105	4.224.087	17.008.141	5.572.530
Total do passivo		5.645.371	4.540.661	18.688.551	19.285.408
Passivo a descoberto	12				
Capital social		4.700.116	4.700.116	4.700.116	4.700.116
Ajuste de avaliação patrimonial		(863.153)	(1.182.153)	(863.153)	(1.182.153)
Reserva de incentivos fiscais		1.553.959	–	1.553.959	–
Prejuízos acumulados		(8.015.904)	(6.197.721)	(8.015.904)	(6.197.721)
		(2.624.982)	(2.679.758)	(2.624.982)	(2.679.758)
Total do passivo e do passivo a descoberto		3.020.389	1.860.903	16.063.569	16.605.650

¹Plano de Recuperação Judicial

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado do exercício - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31.03.21	Controladora 31.03.20	Consolidado 31.03.21	Consolidado 31.03.20
Receita líquida	13	–	463	5.103.571	4.548.764
Valor justo dos ativos biológicos	7	–	–	10.007	(205.994)
Custo dos produtos vendidos		–	–	(4.240.607)	(4.096.097)
Lucro bruto		–	463	872.971	246.673
Despesas com vendas		–	–	(7.124)	(6.650)
Receitas (despesas) administrativas e gerais, líquidas		10.807	(49.887)	(394.019)	(343.333)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		15.910	(220)	(21.325)	(121.567)
Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado de participações societárias e resultado financeiro		26.717	(49.644)	450.503	(224.877)
Resultado de participações societárias	5	(216.330)	(1.439.046)	–	–
Receitas financeiras		2.292	3.113	179.106	162.859
Despesas financeiras		(75.873)	(30.619)	(885.015)	(1.525.327)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(263.194)	(1.516.196)	(255.406)	(1.587.345)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.030)	–	(8.818)	(4.017)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(d)	–	(58.744)	–	16.422
Prejuízo do exercício		(264.224)	(1.574.940)	(264.224)	(1.574.940)
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	12 (f)			(0,000001)	(0,000003)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do passivo a descoberto (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do passivo a descoberto
Saldos em 31 de março de 2019		4.700.116	–	(519.644)	(4.622.781)	(442.309)
Resultado abrangente:						
Hedge de exportação - variação cambial (i)				(662.509)		(662.509)
Prejuízo do exercício					(1.574.940)	(1.574.940)
Saldos em 31 de março de 2020		4.700.116	–	(1.182.153)	(6.197.721)	(2.679.758)
Resultado abrangente:						
Hedge de exportação - variação cambial (i)		–	–	319.000	–	319.000
Constituição de reservas de incentivos fiscais (ii)	12 (d)	–	1.553.959	–	(1.553.959)	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	(264.224)	(264.224)
Saldos em 31 de março de 2021		4.700.116	1.553.959	(863.153)	(8.015.904)	(2.624.982)

(i) Efeito reflexo decorrente da adoção de *hedge accounting*, pela controlada indireta Atvos PAR, conforme Notas 2.7 e 4.1 (a).
(ii) Trata-se de efeito reflexo dos valores contabilizados nas controladas indiretas da Companhia, conforme detalhes na Nota 2.2 e 12(d).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)

	Controladora 31.03.21	Controladora 31.03.20	Consolidado 31.03.21	Consolidado 31.03.20
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(263.194)	(1.516.196)	(255.406)	(1.587.345)
Ajustes				
Ajuste a valor de mercado, líquido	–	–	(163)	409
Ajuste a valor presente, incluindo arrendamentos e parcerias agrícolas	15	409	66.724	178.574
Depreciação e amortização (inclui colheita de ativos biológicos)	24.816	26.391	1.846.067	1.864.585
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	(15)	942	516.464	1.089.477
Resultado de participações societárias	216.330	1.439.046	–	–
Valor justo dos ativos biológicos	–	–	(10.007)	205.994
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	70.577
Provisões e baixas diversas	–	–	–	31.731
Provisão de contingências	1.048	–	(3.743)	–
Valor realizável líquido dos estoques	–	–	(28.877)	32.020
Valor residual de ativo imobilizado baixado	1.445	46	4.830	8.297
Imposto de renda e contribuição social	(1.030)	–	(6.945)	–
Outros ajustes	(17.467)	–	–	–
	(38.052)	(49.362)	2.128.944	1.894.319
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	90	(425)	(54.711)	32.266
Estoques	–	–	34.235	(55.081)
Tributos a recuperar	8.682	(3.306)	79.269	126.663
Depósitos judiciais	–	35	–	(10.468)
Outros créditos	3.556	762	91.107	(115.140)
Fornecedores	(9.138)	27.313	154.267	14.092
Salários e encargos	(43.273)	14.458	7.103	13.951
Tributos a recolher	(2.480)	531	13.484	(10.430)
Tributos parcelados	–	–	6.241	(10.409)
Provisão para contingências	26	233	144	28.150
Adiantamento de clientes	–	(979)	(284.205)	(108.198)
Outros débitos	(6)	(101)	5.115	(2.266)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	(80.595)	(10.841)	2.180.993	1.797.449
Juros pagos	–	–	(192.105)	(144.995)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas pagos	–	(209)	(20.009)	(32.324)
Impostos pagos	–	–	(1.872)	(2.252)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(80.595)	(11.050)	1.967.007	1.617.878
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	–	–	7.407	6.639
Empréstimos concedidos a (captados com) empresas do Grupo Atvos	93.930	32.728	(359)	(7.070)
Aquisições de imobilizado	(356)	(1.148)	(451.803)	(566.389)
Aquisições de intangível	(1.490)	(18.804)	(5.548)	(19.176)
Tratos culturais de ativos biológicos	–	–	(506.634)	(493.087)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	92.084	12.776	(956.937)	(1.079.083)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	–	–	436.073	263.545
Pagamento de operações de arrendamentos e parcerias agrícolas	(201)	(1.929)	(571.462)	(481.785)
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	–	–	(544.093)	(291.330)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(201)	(1.929)	(679.482)	(509.570)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.288	(203)	330.588	29.225
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	33	236	122.531	93.306
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.321	33	453.119	122.531

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: (a) A Atvos Agroindustrial S.A. - em recuperação judicial ("Atvos" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a participação em companhias que atuam no setor sucroenergético a partir da cana-de-açúcar e biomassa, com suas atividades no país ou no exterior diretamente ou através de suas subsidiárias operacionais. A Companhia e suas subsidiárias são controladas pela LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC ("LSF10"). **(b)** A Atvos S.A., por intermédio de suas controladas indiretas ("Grupo Atvos"), possui 9 unidades operacionais nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Suas controladas indiretas têm capacidade de moagem instalada de 36,5 milhões de toneladas de cana ano (considerando a Destilaria Alcídia S.A. ("DASA")), tendo sido processadas 26,7 milhões na safra 20/21 (26,9 milhões na safra 19/20). **(c)** O Grupo Atvos, desde a sua criação em 2007, tem investido no setor por meio de aquisições e construções de unidades, além da renovação e expansão do seu canavial. Foram investidos cerca de R$ 14 bilhões. Ações para manutenção da saúde financeira, aumento da produtividade e crescimento do Grupo Atvos permanecem sendo realizadas, destacando-se: (i) Manutenção responsável do nível de investimentos, priorizando a seletividade do plantio com foco nas áreas de renovação e expansão, privilegiando ganhos de produtividade, já como resultado da evolução dos processos agrícolas, mudança do "mix" da produção com predominância de cana de 15 meses, utilização de novos implementos/equipamentos que possibilitam o aumento do rendimento médio das colhedoras e aceleração da curva de aprendizado; (ii) crescimento gradual do programa de parceria agrícola com fornecedores com a finalidade de diminuir o volume de cana própria e reduzir o volume de investimentos na formação e manutenção da lavoura; (iii) redução de custos agrícolas e otimização de rotas para corte, transbordo e transporte de cana; (iv) diluição dos custos fixos por meio de maior eficiência agrícola e industrial e aproveitamento dos times agrícolas, além do foco no crescimento da ocupação das plantas industriais; (v) monetização dos créditos tributários de ICMS, PIS e COFINS; (vi) manutenção do programa estruturado de redução de custos iniciado na safra 16/17, com captura recorrente de ganhos anuais; (vii) estruturação e renovações de operações, diretamente com clientes e fornecedores, reduzindo as necessidades de capital de giro; e (viii) fortalecimento dos sistemas de informação, com implementação do Sistema ERP SAP S/4Hana, dando mais robustez aos controles internos da Companhia e de suas controladas, bem como difusão das melhores práticas de conformidade, segurança da informação e governança corporativa. Adicionalmente a Companhia e suas controladas indiretas: Atvos Agroindustrial Participações S.A., Agro Energia Santa Luzia S.A., Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A., Usina Eldorado S.A. e Usina Conquista do Pontal S.A. apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus mais de 9 mil integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem a Companhia e suas controladas atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019. No dia 20 de maio de 2020, o Grupo Atvos apresentou a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") e em cumprimento à agenda da Assembleia Geral de Credores ("AGC") colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial da Companhia e de outras 6 Recuperandas, sendo elas: Atvos Agroindustrial Participações S.A., Brenco - Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A., Destilaria Alcídia S.A., Pontal Agropecuária S.A., Rio Claro Agroindustrial S.A. e Usina Eldorado S.A. A recuperação judicial das Recuperandas Agro Energia Santa Luzia S.A. (USL) e Usina Conquista do Pontal S.A. (UCP) foi tratada em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. O PRJ Consolidado foi aprovado pelos credores em todos os cenários simulados pelo AJ, enquanto que os planos individuais de USL e UCP foram aprovados na maioria dos cenários simulados. Os resultados da AGC foram levados aos autos pelo AJ. No dia 17 de agosto de 2020, foi proferida decisão judicial homologatória do PRJ Consolidado e dos planos individuais de USL e UCP. A referida decisão foi publicada no dia 20 de agosto. Com a homologação, foram implementados os cronogramas de pagamentos a credores, além de outras ações previstas nos PRJs. Todas as ações descritas, direta ou indiretamente, tem por finalidade equilibrar o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas, devendo ser mantidas, em grande parte, nas próximas safras onde se espera também: (i) continuidade da política de preços de combustíveis da Petrobras, que atrela o preço da gasolina (referência) ao preço da gasolina internacional, permitindo maior previsibilidade ao mercado interno e facilitando o planejamento da Companhia na precificação de seus produtos; (ii) consolidação do Programa RenovaBio, importante instrumento para manter a competitividade do etanol frente à gasolina, que apresentou resultados extremamente positivos durante a safra 20/21; e (iii) concessão de incentivos ao setor, pelo governo federal, por meio de redução da carga tributária e acesso a linhas de financiamento mais acessíveis e com custo mais baixo para investimentos na operação, especialmente para renovação e expansão do canavial. **(d) Plano de Recuperação Judicial:** As principais premissas, por tipo de credor, que constam nos PRJ's homologados e que estão refletidas nestas Demonstrações Financeiras, podem ser assim resumidas: • **Créditos Trabalhistas:** Não tiveram os valores e as condições originais de pagamento reestruturados pelo PRJ. • **Classe II (Garantia Real):** O montante correspondente a 54% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real será pago de acordo com as seguintes condições: (i) carência de amortização de principal até dezembro 2022; (ii) juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência para amortização de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 46% dos Créditos de cada Credor com Garantia Real poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio"), controlada direta da Companhia. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par"), sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • **Classe III (Quirografário Não Financeiros):** Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. Na hipótese de que a totalidade de Créditos Quirografários Não Financeiros venha a ultrapassar o montante de R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), sem prejuízo aos valores até então pagos, o saldo remanescente de tais créditos passará a ser amortizado nas condições previstas para o montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro (classe III), abaixo descritas. Esse regramento não se aplica a créditos inferiores a R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), que continuarão a ser pagos da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento sem correção; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. • **Classe III (Quirografário Financeiros):** O montante correspondente a 39% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro será pago nas seguintes condições: (i) período de carência para amortização de principal até dezembro 2022, contados da Data de Homologação Judicial do Plano; (ii) juros equivalentes a 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; (iii) período de carência de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal). A partir de março 2023 os juros serão pagos em 47 parcelas trimestrais e (iv) amortização de principal em parcelas trimestrais sucessivas. O saldo correspondente a 61% dos Créditos de cada Credor Quirografário Financeiro poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização das Debêntures, a serem emitidas pela Atvos Bio. Caso o credor opte por subscrever as Debêntures, o saldo do crédito será corrigido pelo IPCA a partir da data do pedido de recuperação judicial até a data da efetiva integralização das Debêntures. A partir da data de sua emissão, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, sendo que as debêntures terão seu valor nominal unitário atualizado pela variação positiva do IPCA, e terão prazo de vencimento de 5 anos contados da data de sua emissão. Os créditos denominados em moeda estrangeira foram mantidos na moeda original para todos os fins de direito, em conformidade com o disposto no artigo 50, § 2º, da LRF, e serão liquidados em conformidade com as disposições deste Plano. • **Classe IV (Pequenas e Médias empresas): Opção A:** Opção aos créditos de recebimento de R$ 50 ou do valor total do crédito, o que for menor, em uma única parcela com vencimento em 90 dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano, mediante quitação integral do crédito concursal e considerando taxa de juros sem correção. **Opção B:** Pagamento integral da seguinte forma: (i) incidência de juros equivalentes à TR desde a Data do Pedido até a data do pagamento; e (ii) amortização do crédito em 3 anos, contados da Data de Homologação Judicial do Plano, em 3 parcelas anuais sucessivas, sendo a primeira parcela devida em 12 meses contados da Data de Homologação Judicial do Plano, e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes. • **Créditos Extraconcursais Aderentes:** O montante correspondente a no máximo 80% dos Créditos de cada Credor Extraconcursal aderente será pago de acordo com as seguintes condições: (i) período de carência de amortização de principal até dezembro de 2022 e de pagamento de juros até março 2022 (sendo que serão pagos 50% dos juros trimestrais com vencimento em junho 2022, setembro 2022, dezembro 2022 e março 2023 e os 50% restantes serão capitalizados ao principal); (ii) após período de carência, principal amortizado em parcelas trimestrais sucessivas; e (iii) a partir de março 2023, pagamento dos juros em 47 parcelas trimestrais e sucessivas. A dívida será atualizada por juros de 115% da taxa DI, capitalizados anualmente, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial; O saldo correspondente a no mínimo 20% dos Créditos de cada Credor extraconcursal aderente poderá ser utilizado pelos credores elegíveis para subscrição e integralização de Debêntures a serem emitidas pela Atvos Bio. A partir da integralização, a amortização ocorrerá quando da verificação de eventos de liquidez e dividendos da Atvos Par, considerando taxa de juros equivalente IPCA, incidentes a partir da Data do Pedido de Recuperação Judicial e prazo de 5 anos. • **Partes Relacionadas:** Todos os créditos existentes na Data do Pedido de Recuperação Judicial, habilitados ou não, e que não tenham natureza trabalhista, serão pagos de maneira totalmente subordinada ao pagamento integral dos demais Créditos Concursais e Créditos Extraconcursais Aderentes, de modo que somente serão pagos a partir do 1º (primeiro) mês subsequente à integral quitação dos demais Créditos Concursais e Créditos Extraconcursais Aderentes. As demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2020 foram divulgadas antes da homologação dos PRJs e, portanto, não incorporaram as classificações das dívidas e as alocações entre circulante e não circulante, conforme premissas e prazos de pagamento descritos anteriormente. Caso tais efeitos tivessem sido refletidos, as posições do ativo, do passivo e do passivo a descoberto consolidado estariam demonstradas da seguinte forma em comparação com os saldos finais de 31 de março de 2021:

	31.03.21	Pro forma (*) 31.03.20
Ativo		
Circulante	3.526.475	3.071.262
Não circulante	12.537.094	13.534.388
Total do ativo	16.063.569	16.605.650
Passivo		
Circulante	1.680.410	1.706.286
Não circulante	17.008.141	17.579.122
Total do passivo	18.688.551	19.285.408
Passivo a descoberto	(2.624.982)	(2.679.758)
Total do passivo e passivo a descoberto	16.063.569	16.605.650

(*) As informações pro-forma não incluem os ajustes realizados, a partir da homologação dos PRJs, ocorrida em agosto de 2020, nos saldos das dívidas em 31 de março de 2020. **(e) Covid-19:** A partir de março de 2020, a Companhia adotou diversas medidas de distanciamento de seus colaboradores no ambiente de trabalho, seguindo estritamente os protocolos do Ministério da Saúde, além da adoção do sistema "*FlexOffice*" para os integrantes das áreas administrativas. Durante a safra 20/21, os maiores impactos econômico-financeiros para o Grupo Atvos, decorrentes da pandemia, foram observados durante o 1º trimestre (abril a junho de 2020), com recuperação ao longo da própria safra, tendo sido integralmente refletidos nestas demonstrações contábeis. Ressalta-se, no entanto, que o reflexo da pandemia nas safras futuras ainda é incerto. **(f) Renovabio:** Foi instituído pelo Governo Federal através da Lei 13.576/2017. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. As metas nacionais de redução de emissões para a matriz de combustíveis foram definidas para o período de 2019 a 2029 pela Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, sendo anualmente desdobradas em metas individuais compulsórias para os distribuidores de combustíveis, conforme suas participações no mercado de combustíveis fósseis, nos termos da Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019, Resolução ANP nº 791/2019, de 12 de junho de 2019. Por meio da certificação da produção de biocombustíveis são atribuídas as notas para cada produtor e importador de biocombustível, em valor inversamente proporcional à intensidade de carbono do biocombustível produzido (Nota de Eficiência Energético-Ambiental). A nota reflete exatamente a contribuição individual de cada agente produtor para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil (em termos de toneladas de CO² equivalente). Além da nota, o processo de certificação da produção de biocombustíveis leva em conta a origem da biomassa energética matéria-prima do biocombustível. No caso de biomassa produzida em território nacional somente pode ser considerada a produzida em imóvel com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente e sem ocorrência de supressão de vegetação nativa a partir dos marcos legais do RenovaBio (volume elegível). O biocombustível comercializado dá origem ao CBIO, na proporção estabelecida conforme nota estabelecida para o produtor. As controladas indiretas da Companhia comercializaram, na safra 20/21, 2,4 milhões de CBIOs com impacto de R$ 103.093 na receita bruta consolidada. **(g) Lava Jato:** Em dezembro de 2016 a Novonor, antiga controladora das empresas pertencentes ao Grupo Atvos, firmou o Acordo de Leniência ("Acordo MPF") com o Ministério Público Federal ("MPF") e com as autoridades dos EUA e Suíça ("Acordo Global"), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo MPF, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R$ 3.828 milhões, em 23 anos. Em 8 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento. Em julho de 2018, a Novonor celebrou o acordo de leniência ("Acordo CGU/AGU e, em conjunto com o Acordo MPF e o Acordo Global, os "Acordos") com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"). Em 09 de Dezembro de 2020, por força de decisão judicial proferida no Agravo Interno nº 2178983-89.2020.8.26.0000, a transferência de 50% mais uma ação foi registrada no livro de ações da Companhia, por meio do qual LSF10 Brazil U.S. Holdings LLC. ("LSF10") passou a constar como a nova controladora da Companhia, e com a nova Administração eleita em 24 de dezembro, 2020. A nova Administração está atualmente conduzindo, por meio de auditoria, assuntos relacionados a conformidade e anticorrupção. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis de 31 de março de 2021, em 05 de agosto de 2021. **2.1 Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.2 Base de preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conjuntamente, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e de suas controladas direta e indiretas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. Para os ativos que requerem mensuração e apresentação de acordo com o seu valor justo ou teste de *impairment* (estoques, ativos biológicos e investimentos), a Companhia informa que considerou os impactos econômicos e financeiros projetados em função da COVID-19, nas premissas utilizadas para os referidos cálculos, em 31 de março de 2021. Todos os efeitos decorrentes desta mensuração foram considerados nas demonstrações contábeis. Exceto pelo descrito abaixo, as práticas contábeis adotadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, são as mesmas aplicadas nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2020: Durante o exercício findo em 31 de março de 2021 a Companhia e suas controladas reclassificaram, da conta de "Prejuízos acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", os valores referentes aos benefícios fiscais usufruídos, nos últimos 5 anos, por suas controladas indiretas localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com características de subvenção para investimentos. Tal movimento está amparado pelas melhores práticas contábeis e regras estabelecidas pela legislação fiscal vigente. Não houve qualquer impacto no resultado do exercício, inclusive de safras anteriores, tampouco no saldo do passivo a descoberto. **2.3 Consolidação: (a) Demonstrações contábeis consolidadas:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas: **(i) Controladas:** São todas as entidades nas quais a Companhia possui, direta ou indiretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto são levados em consideração, quando aplicável, na determinação do controle. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. A Companhia e suas controladas utilizam o método de contabilização da aquisição para registrar as combinações de negócios, exceto quando indicado de outra forma. Os saldos dos ativos e passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são transferidos para a aquisição de uma controlada a valor justo. Os saldos transferidos incluem o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não controladores, que é determinada em cada aquisição realizada, é reconhecida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação desses não controladores no valor justo de ativos líquidos, conforme a respectiva combinação de negócios. O excesso dos ativos e passivos transferidos e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na empresa adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia ou de suas controladas no grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que se atribui valor justo aos acionistas não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na empresa adquirida e o ágio é determinado, considerando a participação da Companhia ou suas controladas e dos não controladores. Quando os ativos e passivos transferidos de valor menor que o valor justo dos ativos líquidos da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em operações com e entre as empresas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora. **(ii) Entidades consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, direta e indiretas, em 31 de março:

	Sede (País/UF)	31.03.21	31.03.20
Controlada direta			
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")(i)	Brasil/SP	100,00%	–
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par") (ii)	Brasil/SP	–	100,00%
Controladas indiretas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par") (ii)	Brasil/SP	100,00%	–
Agro Energia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia") (ii)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Brenco Companhia Brasileira de Energia Renovável S.A. ("Brenco") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Destilaria Alcídia S.A. ("DASA") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Odebrecht Agroindustrial International Corp. ("ODB Int.")	Ilhas Virgens Britânicas	100,00%	100,00%
Pontal Agropecuária S.A. ("Pontal") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%
Rio Claro Agroindustrial S.A. ("Rio Claro") (ii)	Brasil/GO	100,00%	100,00%
Usina Eldorado S.A. ("Eldorado") (ii)	Brasil/MS	100,00%	100,00%
Usina Conquista do Pontal S.A. ("UCP") (ii)	Brasil/SP	100,00%	100,00%

(i) Constituída em julho/20, conforme previsto no PRJ. (ii) Empresas em Recuperação Judicial, conforme mencionado na Nota 1.1. Em setembro/20 a Companhia aportou integralmente, a valor de mercado, conforme laudo preparado por terceiro independente, a participação detida na Atvos PAR na Atvos Bio. As principais atividades das controladas direta e indiretas são: **Atvos Bioenergia:** tem como atividades principais a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar e a comercialização de etanol e açúcar VHP ("*Very High Polarization*"), além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa. **Atvos Par:** tem como atividades principais a participação em empresas que atuam no setor sucroalcooleiro a partir da cana-de-açúcar e a comercialização de etanol e açúcar VHP ("*Very High Polarization*"), além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa. **DASA, Eldorado e UCP:** tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, açúcar VHP, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa. DASA, atualmente, tem concentrado suas atividades na produção e venda de cana-de-açúcar. **Pontal:** tem por objeto social o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol e açúcar VHP, além da cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, podendo ainda participar em outras empresas. Atualmente encontra-se em fase não operacional. **Brenco, Rio Claro e Santa Luzia:** tem como atividades principais o cultivo e industrialização de cana-de-açúcar para produção e comercialização no mercado interno e externo de etanol, além da cogeração e comercialização de energia elétrica a partir da biomassa. **ODB Int.:** *Off shore* que tem como atividade principal a revenda de açúcar e etanol das controladas da Companhia no mercado externo. **(b) Demonstrações contábeis individuais:** Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. **2.4 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia e de cada uma de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de *hedge* de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no passivo a descoberto. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de *hedge* de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)", os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado na conta de "Receitas financeiras" na rubrica "Rendimento com aplicações financeiras". **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, quando utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.6 Ativos financeiros: 2.6.1 Classificação:** A Companhia e suas controladas classificam e mensuram seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros (vide Nota 2.2). A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia e suas controladas para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado dentro de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Ajuste a valor de mercado". Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no passivo a descoberto, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", como "Ganhos e perdas de títulos de investimento". Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do passivo a descoberto e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros:** Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas avaliam no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou; (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira por suas controladas, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no passivo a descoberto, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". As controladas não adotam a prática contábil de *hedge accounting*, uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas da Companhia e de suas controladas e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas. Nesse contexto, as demonstrações contábeis individuais das controladas indiretas são ajustadas, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, objetivando o alinhamento das práticas contábeis do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação. A Companhia e suas controladas podem designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como: • *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia e suas controladas documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de riscos e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia e suas controladas também documentam sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a doze meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a doze meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. Os financiamentos em moeda estrangeira designados para *hedge accounting* são classificados no passivo circulante através do custo amortizado. As amortizações que possuem vencimento acima de doze meses são registradas no passivo não circulante (Nota 2.17). Para propósito de *hedge*, as controladas da Companhia, amparam-se na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, classificando os instrumentos financeiros aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa. Conforme a Política, periodicamente são realizados testes prospectivos com o objetivo de comprovar a efetividade das operações. **(a) *Hedge* de valor justo:** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco "*hedge*ado". A Companhia e suas controladas só aplicam a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swap* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas, o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva e as variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas no resultado financeiro do exercício. Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o exercício até o vencimento. **(b) *Hedge* de fluxo de caixa:** As parcelas efetivas das variações no valor justo de derivativos e das variações cambiais dos financiamentos em moeda estrangeira, designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidas no passivo a descoberto, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro do exercício. Os valores acumulados no passivo a descoberto são realizados na demonstração do resultado, nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva do *swap* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis, e o ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como resultado financeiro do exercício. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no passivo a descoberto naquele momento permanece no passivo a descoberto e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente refletida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda que havia sido apresentado no passivo a descoberto é imediatamente transferido para o resultado financeiro do exercício. **(c) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente como resultado financeiro do exercício. **2.8 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável, estão apresentadas no ativo não circulante. Inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.9 Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos efetuados, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os gastos com manutenção, desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. **2.10 Depósitos judiciais:** Para os casos com passivo constituído, são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente, se não houver possibilidade de resgate, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas. Não havendo passivo constituído, os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. **2.11 Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas antecipadas, ao custo. **2.12 Ativos intangíveis: (a) Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados nas controladas antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da

continua→☆

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2021 da Atvos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

—☆ continuação

alteração ocorrida nas práticas contábeis, e é representado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado nas demonstrações consolidadas como "Ativo intangível". Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment,* dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A administração da Companhia considera que cada polo industrial (três ao todo) corresponde à uma UGC, constituída por duas ou três unidades industriais, que operam de forma coordenada. **(b) Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. **2.13 Imobilizado:** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas das controladas e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27/IAS16, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo valor reavaliado até 31 de dezembro de 2002, para as controladas indiretas DASA e Pontal, e pelo custo histórico para as demais controladas e para os ativos adquiridos após 31 de dezembro de 2002 pela DASA e Pontal, deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07". Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante safra seguinte. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.15). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. **2.14 Ativos biológicos:** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 7. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações contábeis. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado no resultado na conta "Valor justo dos ativos biológicos". **2.15 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. **2.16 Contas a pagar aos fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.17 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo e/ou financiamento ao qual se relaciona. Instrumentos financeiros, inclusive debêntures, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre as debêntures é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. **2.18 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira. **2.19 Provisões para processos judiciais:** A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente. **2.20 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados na data do balanço em que a Companhia e suas controladas geram lucro tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. A Companhia aplica a Lei nº 12.973/14 para cálculo do imposto de renda e contribuição social. A referida legislação extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) instaurado pela Lei nº 11.638/07, regulamentando, em caráter definitivo, os efeitos tributários das normas contábeis incorporadas pela aplicação dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. As alíquotas do imposto de renda e contribuição social são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. **2.21 Reconhecimento de receita: (a) Venda de produtos:** A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia no caso do consolidado. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas, conforme descrição a seguir. A Companhia e suas controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada acordo. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda por *impairment* é identificada em relação a um contas a receber, reduz-se o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira, que é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.22 Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** A Companhia adotou a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em 01 de abril de 2019 e reconheceu o ativo de direito de uso e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. Adicionalmente, a Companhia informa que não houve impacto de remensuração dos saldos a partir da Deliberação da CVM nº 859, pois os contratos não tiveram alterações decorrentes da COVID-19. **2.23 Adiantamentos de clientes:** Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes. **2.24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** Compostas, principalmente, por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** São continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas abaixo: **(a) Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 2.14 e 7. **(b) Perda por *impairment* estimada do ágio e outros ativos:** Anualmente, a Companhia e suas controladas testam a recuperabilidade dos ágios e demais ativos (teste de *impairment*), como mencionado na Nota 2.12 (a). **(c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. **(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação. **(e) Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **4. Gestão de riscos financeiros: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A atividade de gestão de riscos é regida por uma Política formal de Gestão de Riscos Financeiros e Econômicos devidamente aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade do Comitê de Gestão de Riscos ("Comitê de Riscos"), que é composto por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como Finanças (inclui área de gestão de riscos) e Comercial. A Política define todas as características da atividade de gestão de riscos, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o monitoramento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites, critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez e instrumentos financeiros aprovados para negociação. O objetivo da Gestão de Riscos é a proteção do fluxo de caixa visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos comerciais e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição operacional. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** As controladas estão expostas à variação cambial relativa a valores a receber resultante de receitas de exportação, preços de etanol com impactos indiretos do dólar norte-americano, dívidas contratadas em moeda estrangeira, custos de produção atrelados ao indicador ATR Consecana e custos com insumos agrícolas indexados ao dólar norte-americano, que são administradas, quando necessário e conforme premissas estabelecidas na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, por meio de estratégia de *hedge* com contratos de (NDFs) e fluxos de pagamentos de dívidas que são protegidos através de contratos de *swaps.* Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido (ativos *menos* passivos) da exposição cambial. As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Para a proteção de seus resultados operacionais, quando aplicável, as controladas avaliam, através de modelos estatísticos, se os derivativos contratados são altamente correlacionados com a variação da taxa cambial do real frente ao dólar estadunidense, de forma a fornecer proteção contra as variações de taxa de câmbio que impactam seu fluxo de caixa. Quando aplicável, as controladas classificam esses derivativos de câmbio como "*Hedge* de Fluxo de Caixa" para efeito contabilização, apresentando a valor justo no Ativo ou no Passivo e reconhecendo as variações de valor justo dos *hedges* efetivos no passivo a descoberto, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial" ("AAP") para reconhecimento subsequente ao resultado no mesmo período em que ocorrer o reconhecimento das operações "*hedgeadas".* As controladas indiretas da Companhia designam passivos financeiros não derivativos para *hedge accounting* de exportação, denominados em dólares norte-americanos, emitidos com partes externas, a nível consolidado, como instrumento de proteção de cobertura dos fluxos de exportações futuras também a nível consolidado. Desta forma, o impacto do câmbio sobre o fluxo futuro de caixa em dólar derivado dessas exportações é compensado com a variação cambial dos passivos financeiros não derivativos designados, eliminando, em parte, a volatilidade do resultado consolidado. No exercício findo em 31 de março de 2021, os passivos financeiros não derivativos designados como instrumento de cobertura do fluxo das exportações futuras altamente prováveis, totalizaram um efeito positivo no passivo a descoberto de R$ 319.000 (em 2020 negativo de R$ 662.509). As controladas reconhecem no resultado financeiro, na rubrica "Porção inefetiva de *hedge accounting",* a variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas. A efetividade das operações de *hedges* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações, que é compensada pela variação do valor justo de mercado dos derivativos. O valor justo das NDFs é estimado com base no fluxo de caixa descontado das operações. Em 31 de março de 2021 e 2020, as controladas da Companhia não tiveram resultado de transações de *hedge* de taxa de câmbio na rubrica "Liquidação de termo de câmbio", bem como, não tiveram resultado operacional de transações de *hedge* de taxa de câmbio. Também, não mantém operações em aberto na data-base das demonstrações contábeis ou resultados registrados no passivo a descoberto. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** As controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes resulte em um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, a variação do IPCA e a variação do CDI diário, compensado por aplicações em CDB. Em 31 de março de 2021 e 2020, não havia transações de *hedge* de taxa de juros para eventos futuros, mensurados como efetivos e registrados no passivo a descoberto. Em 31 de março de 2021 e 2020, não havia transações registrados como despesa financeira na rubrica "Liquidação de *hedge* de taxa de juros (*swap*). Durante os mesmos exercícios não houve reconhecimento de perda financeira na rubrica "Porção inefetiva de *hedge accounting".* Para contratos de *swap* não designados para *hedge accounting,* a Companhia e suas controladas não obtiveram resultados registrados na rubrica "Perdas nos derivativos não designados para *hedge*". Em 31 de março de 2021 e 2020, não havia contratos de *swap* não designados para *hedge accounting* em aberto. **(iii) Risco de Preços de Açúcar:** As controladas estão expostas à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a Administração da Companhia e de suas controladas está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas em até 100% da produção prevista para a safra corrente e até 50% da produção da safra seguinte. A contratação de operações que excedam a 50% da produção prevista para o próximo ano-safra deve ser aprovada obrigatoriamente em fórum definido conforme Governança Corporativa. O Comitê de Riscos acredita que os derivativos utilizados são altamente correlacionados com a variação de preço dos produtos, o que torna os derivativos de Sugar #11 eficazes na compensação das flutuações dos preços do açúcar, de forma a fornecer proteção a quedas de preços no valor de referência de suas receitas. O valor justo dos derivativos de Sugar #11 é estimado com base em informações públicas disponíveis no mercado financeiro. A maioria dos derivativos de açúcar é classificado como "*Hedge* de fluxo de caixa" para efeito de contabilização. Para as operações assim classificadas, as variações de valor justo dos *hedges* efetivos são registradas no passivo a descoberto, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial", para posterior reconhecimento no resultado no mesmo período em que as operações "*hedgeadas"* são realizadas. A variação de valor justo das operações de *hedge* não consideradas altamente efetivas é reconhecida no resultado financeiro, na rubrica de "Perdas nos derivativos não designados para *hedge*". A efetividade das operações de *hedge* é estimada por métodos estatísticos de correlação ou pela proporção da variação das operações que é compensada pela variação do valor justo de mercado de derivativos. Nos exercícios findos em 31 de março de 2021 e 2020 não houve transações com instrumentos financeiros derivativos classificados como "*Hedge* de fluxo de caixa". Em 31 de março de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas não possuíam transações designadas como *hedge* de açúcar, em aberto, para vencimentos em exercícios futuros. Adicionalmente, em 31 de março de 2021 e 2020 não ocorreram atrasos em embarques designados como objeto de *hedge*, represados no passivo a descoberto. Nos mesmos exercícios não houve reconhecimento de resultado financeiro na rubrica ("Porção inefetiva de *hedge accounting*"). Em 31 de março de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas não reconheceram instrumentos derivativos com futuros e opções. **(iv) Risco de Preço de Etanol:** As controladas estão expostas à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando aplicável, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de Etanol Hidratado na bolsa de mercadorias futuras da BM&F-Bovespa. Quando aplicável, são utilizadas fontes públicas no mercado financeiro para a mensuração do valor justo dos derivativos. Em 31 de março de 2021 e 2020, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos em aberto, bem como não possuíam resultado represado no Passivo a descoberto e não reconheceram resultados referentes às transações de *hedge* de preços de etanol no decorrer do exercício. **(b) Risco de crédito:** Risco de crédito com contrapartes são gerados por depósitos e ingressos em instrumentos financeiros derivativos com bancos e instituições financeiras. As controladas da Companhia gerem seus riscos de crédito efetuando operações apenas com instituições de primeira linha e que possuem *ratings* fornecidos por agências internacionais *como Fitch Rating, Standard & Poor's e Moody's Investor* e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração através da Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos. Caso ocorram mudanças de perspectivas quanto ao risco de crédito das instituições financeiras, as operações a serem contratadas ou em andamento deverão ser objeto de aprovação no Comitê de Riscos. Operações realizadas na bolsa de mercadorias de Nova Iorque – NYBOT (ICE-NY) e na bolsa de mercadorias de São Paulo - BM&F-Bovespa são consideradas como operações cujo risco de contraparte é aceito pelas controladas. **(c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, conforme regras estabelecidas na Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, inclusive com adoção de caixa mínimo, sendo monitoradas sistematicamente pela área financeira. Os detalhes do plano da administração para administrar o risco de liquidez estão descritos na Nota 1. **(d) Componentes de AAP decorrentes de operações de *hedge* e passivos financeiros:** Considerando a participação no passivo a descoberto (patrimônio líquido) das controladas, os derivativos designados para *hedge accounting* geraram saldos finais de AAP, no passivo a descoberto, líquidos de impostos, quando aplicável. O resultado da variação cambial dos passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge* também gerou saldos finais de AAP. Esses resultados são ajustados nas demonstrações contábeis individuais, para fins de cálculo de equivalência patrimonial e consolidação, buscando a uniformidade com as práticas contábeis da Companhia, que utiliza a prática do *hedge accounting.*

5. Investimentos em sociedades controladas
(a) Informações sobre os investimentos

Investimentos	Quantidade de ações ou cotas possuídas 31.03.21 Ações ON(a)	Ações PN(b)	Total	31.03.20 Total	Participação no capital social 31.03.21	31.03.20	(Prejuízo) lucro líquido do exercício 31.03.21	31.03.20	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 31.03.21	31.03.20
(i) Direto										
Atvos Bio	17.467.000	–	17.467.000	–	100,00	–	302.938	–	(1.850.913)	–
(ii) Indiretos										
Atvos Par	802.929.005.476.996	–	802.929.005.476.996	802.929.005.476.996	100,00	100,00	(175.025)	(1.439.046)	(1.823.076)	1.065.135
Brenco	260.351.150.356.968	–	260.351.150.356.968	260.351.150.356.968	100,00	100,00	216.463	(511.454)	(100.682)	(26.982)
Alcídia	28.051.537.805.433	99.360	28.051.537.904.793	27.950.598.150.755	100,00	100,00	(103.005)	(189.765)	156.443	(749.950)
Eldorado	1.025.235.736	–	1.025.235.736	1.025.235.736	100,00	100,00	(7.539)	(99.045)	1.074.222	1.314.759
ODB International	6.650.000	–	6.650.000	6.650.000	100,00	100,00	7.811	8.865	54.235	(971)
Pontal	2.531.782.613	34.310	2.531.816.923	61.698.313	100,00	100,00	443	(9.492)	15.921	(9.223)
Rio Claro	100.196.570.921.718	–	100.196.570.921.718	100.165.112.276.000	100,00	100,00	(14.522)	(214.970)	328.055	27.990
Santa Luzia	93.432.472.283.522	–	93.432.472.283.522	93.432.472.283.522	100,00	100,00	93.021	(80.334)	608.606	590.001
Conquista do Pontal	95.985.897.817.571	–	95.985.897.817.571	95.985.897.817.571	100,00	100,00	(85.935)	(369.163)	(1.238.757)	(306.914)

(a) Ações ON - Ações Ordinárias Nominativas; (b) Ações PN - Ações Preferenciais Nominativas

(b) Movimentação dos investimentos

	Controladora 31.03.21	31.03.20	Consolidado (i) 31.03.21	31.03.20
Saldo inicial	1.065.136	3.166.691	113.762	113.762
Aporte de capital - Atvos Bio (ii)	17.467	–	–	–
Redução de capital - Atvos Par (iii)	(3.036.186)	–	–	–
Participação no resultado de controladas	(216.330)	(1.439.046)	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial - *hedge* de exportação (iv)	319.000	(662.509)	–	–
Transferência de ágio fiscal para o ativo intangível (v)	–	–	(11.374)	–
Saldo final	(1.850.913)	1.065.136	102.388	113.762

(i) Refere-se a participação de 5,696% no CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) registrada a valor justo. (ii) Empresa constituída em Jul/20, conforme previsto no PRJ. Aporte efetuado a valor de mercado, conforme laudo preparado por terceiro independente. (iii) Movimento societário previsto no PRJ com a finalidade de eliminação de saldos intercompany e concentração de ativos e passivos com empresas do Grupo Novonor na Atvos Agroindustrial S.A. (iv) Refere-se a ajuste de prática contábil, relacionada a contabilização de hedge accounting, efetuada nas controladas, de modo a garantir a uniformidade e consistência na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia (Nota 2.7). (v) Reclassificação realizada para melhor apresentação nas demonstrações contábeis.

6. Imobilizado: (a) Composição

	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado 31.03.21 Líquido	31.03.20 Líquido	% Taxas médias anuais de depreciação
Equipamentos e instalações industriais	5.037.020	(2.151.522)	2.885.498	3.042.273	4,53
Edifícios e benfeitorias	2.080.335	(531.763)	1.548.572	1.599.687	2,49
Planta portadora	6.546.104	(5.065.991)	1.480.113	1.851.474	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	943.017	(634.035)	308.982	319.793	10,10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	279.309	(168.609)	110.700	131.775	6,79
Planta portadora em formação	101.744	–	101.744	48.402	–
Terras	83.662	–	83.662	83.662	–
Móveis e utensílios	100.726	(70.850)	29.876	34.285	5,94
Veículos	146.495	(120.845)	25.650	32.315	6,51
Planta portadora - AVM (i)	499.543	(483.783)	15.760	43.811	16,67
Equipamentos de informática	34.190	(27.980)	6.210	6.369	16,75
Imobilizado em andamento	54.418	–	54.418	40.268	–
Adiantamentos a fornecedores	1.369	–	1.369	395	–
	15.907.932	(9.255.378)	6.652.554	7.234.509	–

(i) Refere-se a saldo residual do valor justo das plantas portadoras calculado antes da adoção do CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (vide detalhes na Nota 2.14), com expectativa de realização até o encerramento da safra 21/22.

(b) Movimentação do imobilizado	31.03.20	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.21
Equipamentos e instalações industriais	3.042.273	10.241	(893)	94.039	(260.162)	2.885.498
Edifícios e benfeitorias	1.599.687	25	(10)	8.672	(59.802)	1.548.572
Planta portadora	1.851.474	–	(1.147)	206.365	(576.579)	1.480.113
Máquinas e equipamentos agrícolas	319.793	5.696	(1.027)	63.396	(78.876)	308.982
Benfeitorias em imóveis de terceiros	131.775	3	–	1.491	(22.569)	110.700
Planta portadora em formação	48.402	259.707	–	(206.365)	–	101.744
Terras	83.662	–	–	–	–	83.662
Móveis e utensílios	34.285	–	(123)	913	(5.199)	29.876
Veículos	32.315	5	(10)	191	(6.851)	25.650
Planta portadora - AVM	43.811	–	–	–	(28.051)	15.760
Equipamentos de informática	6.369	2	(9)	2.002	(2.154)	6.210
Imobilizado em andamento	40.268	186.299	(1.445)	(170.704)	–	54.418
Adiantamentos a fornecedores	395	1.243	(166)	–	(103)	1.369
	7.234.509	463.221	(4.830)	–	(1.040.346)	6.652.554

	31.03.19	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.20
Equipamentos e instalações industriais	3.232.798	20.267	(1)	41.172	(251.963)	3.042.273
Planta portadora	2.017.358	1.647	–	461.597	(629.128)	1.851.474
Edifícios e benfeitorias	1.655.577	–	–	3.839	(59.729)	1.599.687
Máquinas e equipamentos agrícolas	351.762	25.590	(235)	8.492	(65.816)	319.793
Benfeitorias em imóveis de terceiros	151.081	–	–	3.103	(22.409)	131.775
Terras	83.662	–	–	–	–	83.662
Planta portadora em formação	56.996	453.003	–	(461.597)	–	48.402
Planta portadora - AVM	88.622	–	–	–	(44.811)	43.811
Móveis e utensílios	33.336	85	(85)	5.784	(4.835)	34.285
Veículos	39.100	43	(55)	257	(7.030)	32.315
Equipamentos de informática	6.705	10	–	2.196	(2.542)	6.369
Imobilizado em andamento	3.442	101.669	–	(64.843)	–	40.268
Adiantamentos a fornecedores	7.965	351	(7.921)	–	–	395
	7.728.404	602.665	(8.297)	–	(1.088.263)	7.234.509

(c) Outras informações: Itens do ativo imobilizado estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7. Ativos biológicos: Em 31 de março de 2021, as controladas indiretas da Companhia possuíam aproximadamente 285.000 hectares de lavouras de cana-de-açúcar, localizadas nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, as quais foram mensuradas pelo seu valor justo em função de já estarem formadas e prontas para a colheita. Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais (lavoura) e a diferença para o seu valor justo, amortizados no compasso da colheita. São utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol e na cogeração de energia elétrica. **(a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas: (i) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR")) esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (ii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos com tratos culturais da cana soca; (ii) custos com corte, transbordo e transporte (CTT); (iii) custos de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento de terras e parcerias agrícolas e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "Valor justo dos ativos biológicos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis, sendo revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

(b) Composição

	Custo	Baixa por colheita acumulada	Consolidado 31.03.21 Líquido	31.03.20 Líquido
Ativo biológico (lavoura)	1.018.422	(487.146)	531.276	511.789
Variação no valor justo	630.321	(625.959)	4.362	(212.102)
	1.648.743	(1.113.105)	535.638	299.687

(c) Movimentação do ativo biológico

Consolidado	31.03.20	Adições	Amortização	31.03.21
Ativo biológico (lavoura)	511.789	506.634	(487.146)	531.277
Variação no valor justo	(212.102)	10.007	206.456	4.361
	299.687	516.641	(280.690)	535.638

Consolidado	31.03.19	Adições	Amortização	31.03.20
Ativo biológico (lavoura)	494.812	493.087	(476.110)	511.789
Variação no valor justo	(132.875)	(205.994)	126.767	(212.102)
	361.937	287.093	(349.343)	299.687

8. Intangível: (a) Composição

Controladora	Custo	Amortização acumulada	31.03.21 Líquido	31.03.20 Líquido	% Taxas médias anuais de amortização
Ágio sobre investimentos	187.896	–	187.896	187.896	
Direito de uso: Software	160.514	(93.847)	66.667	89.192	20
	348.410	(93.847)	254.563	277.088	

Consolidado	Custo	Amortização acumulada	31.03.21 Líquido	31.03.20 Líquido	% Taxas médias anuais de amortização
Ágio sobre investimentos	487.554	–	487.554	476.180	
Ativo fiscal	58.081	–	58.081	58.081	
Direito de uso:					
Contratos de energia	1.595.678	(165.053)	1.430.625	1.455.811	1,58
Software	250.874	(177.737)	73.137	93.503	20
Software em desenvolvimento	531	–	531	–	
Licenças ambientais	4.782	(4.576)	206	237	2,75
	2.397.500	(347.366)	2.050.134	2.083.812	

(b) Movimentação do intangível - consolidado

Ágio sobre investimentos (ii)	31.03.20	Adições	Amortização	Transferências (i)	31.03.21
Atvos	187.896	–	–	–	187.896
Eldorado	135.696	–	–	–	135.696
Alcídia	83.452	–	–	7.444	90.896
Conquista do Pontal	26.084	–	–	3.190	29.274
Pontal	21.954	–	–	–	21.954
Rio Claro	7.749	–	–	740	8.489
Brenco	9.546	–	–	–	9.546
Santa Luzia	3.803	–	–	–	3.803
	476.180	–	–	11.374	487.554
Ativo fiscal (iii)					
Alcídia	40.651	–	–	–	40.651
Conquista do Pontal	13.437	–	–	–	13.437
Rio Claro	3.993	–	–	–	3.993
	58.081	–	–	–	58.081
Direito de uso:					
Contratos de energia (iv)	1.455.811	–	(25.186)	–	1.430.625
Software (v)	93.503	4.267	(25.383)	750	73.137
Software em desenvolvimento	–	1.281	–	(750)	531
Licenças ambientais	237	–	(31)	–	206
	1.549.551	5.548	(50.600)	–	1.504.499
	2.083.812	5.548	(50.600)	11.374	2.050.134

Ágio sobre investimentos (i)	31.03.19	Adições	Amortização	Transferências	31.03.20
Atvos	187.896	–	–	–	187.896
Eldorado	135.696	–	–	–	135.696
Alcídia	83.452	–	–	–	83.452
Conquista do Pontal	26.084	–	–	–	26.084
Pontal	21.954	–	–	–	21.954
Rio Claro	7.749	–	–	–	7.749
Brenco	9.546	–	–	–	9.546
Santa Luzia	3.803	–	–	–	3.803
	476.180	–	–	–	476.180
Ativo fiscal (ii)					
Alcídia	40.651	–	–	–	40.651
Conquista do Pontal	13.437	–	–	–	13.437
Rio Claro	3.993	–	–	–	3.993
	58.081	–	–	–	58.081
Direito de uso:					
Contratos de energia (iii)	1.480.997	–	(25.186)	–	1.455.811
Software (iv)	99.231	9.940	(24.904)	9.236	93.503
Licenças ambientais	297	–	(60)	–	237
Software em desenvolvimento	–	9.236	–	(9.236)	–
	1.580.525	19.176	(50.150)	–	1.549.551
	2.114.786	19.176	(50.150)	–	2.083.812

(i) Reclassificação realizada para melhor apresentação nas demonstrações contábeis (Nota 5 (b)). (ii) Os ágios provenientes de investimentos consolidados apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente, conforme mencionado na Nota 2.12 (a). (iii) Ativo fiscal refere-se a parcela de benefício econômico do ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura apurado quando da aquisição das controladas. Posteriormente, as companhias incorporaram de forma reversa parcela do acervo líquido da Companhia, mantendo em seus ativos apenas a parcela passível de aproveitamento fiscal. (iv) Refere-se à concessão dada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica. (v) Refere-se substancialmente aos gastos incorridos para implementação do Sistema ERP SAP S/4 Hana na Companhia e suas controladas.

9. Direito de uso e arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar: (a) Direito de uso

Consolidado	Máquinas e Equipamentos Agrícolas	Terras	Edifícios	Veículos	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo inicial em 1 de abril de 2019	311.987	41.427	17.939	10.039	1.961.082	2.342.474
Adições por novos contratos	–	–	–	–	154.840	154.840
Amortização (i)	(94.096)	(12.716)	(2.093)	(7.470)	(374.698)	(491.073)
Saldo em 31 de março de 2020	217.891	28.711	15.846	2.569	1.741.224	2.006.241
Adições por novos contratos	16.849	3.602	–	12.289	179.937	212.677
Amortização (i)	(100.974)	(13.305)	(4.204)	(1.194)	(453.171)	(572.848)
Saldo em 31 de março de 2021	133.766	19.008	11.642	13.664	1.467.990	1.646.070

(b) Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Consolidado	Máquinas e Equipamentos Agrícolas	Terras	Edifícios	Veículos	Parcerias Agrícolas	Total
Saldo inicial em 1 de abril de 2019	311.987	41.427	17.939	10.039	1.961.082	2.342.474
Adições por novos contratos	–	–	–	–	154.840	154.840
Pagamentos (i)	(99.678)	(13.655)	(2.340)	(7.654)	(144.900)	(268.227)
Compensação de adiantamentos	–	–	–	–	(256.027)	(256.027)
Apropriação de encargos	9.110	1.559	447	226	148.755	160.097
Saldo em 31 de março de 2020	221.419	29.331	16.046	2.611	1.863.750	2.133.157
Adições por novos contratos	16.849	3.602	–	12.289	179.938	212.678
Pagamentos (i)	(96.046)	(12.656)	(4.478)	(1.137)	(477.154)	(591.471)
Movimentação de encargos	(1.742)	(315)	658	587	60.058	59.246
Saldo em 31 de março de 2021	140.480	19.962	12.226	14.350	1.626.592	1.813.610

(i) Valor com PIS e COFINS, quando aplicável

Os saldos a pagar tem a seguinte composição de vencimento:

	Consolidado
2021	471.539
2022	362.722
2023	326.450
2024	217.633
2025 em diante	435.266
	1.813.610

10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação (Nota 2.17).

Modalidade	Classificação de acordo com o PRJ e encargos financeiros anuais	Controladora 31.03.21	Controladora 31.03.20	Consolidado 31.03.21	Consolidado 31.03.20	Vencimento
Finem	**Não submetidos ao PRJ**					
	Linhas a TJLP + juros de 3,66% a.a.	–	–	238.221	184.610	
	UMBNDES + encargos da cesta de moedas + juros de 4% a.a.	–	–	136.951	193.362	
	Extraconcursal					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	1.732.224	1.982.865	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	25.815	28.878	2029
	Garantia Real	–	–			a 2034
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)			1.025.277	1.072.158	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	121.308	127.750	
	Quirografário					
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	1.748.208	1.774.313	
		–	–	5.028.004	5.363.936	
Partes Relacionadas		3.616.824	3.616.824	3.948.997	3.948.550	a partir de 2035
Debêntures	**Garantia Real**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A) +Variação da PTAX800	–	–	289.129	283.138	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B) +Variação da PTAX800	–	–	246.630	236.117	
	Quirografário					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A) +Variação da PTAX800	–	–	470.643	460.890	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B) +Variação da PTAX800	–	–	737.135	705.714	
		–	–	1.743.537	1.685.859	
Cédula de Crédito de Exportação ("CCE")	**Garantia Real**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	201.636	197.344	
	Quirografário					2034
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	463.707	453.867	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	917.907	878.333	
	Não submetidos ao PRJ					
	Linhas de créditos a 100% do CDI a.a. + 6,17% a.a.	–	–	–	21.312	
		–	–	1.583.250	1.550.856	
Nota de crédito à exportação	**Quirografário**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	320.637	315.141	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	634.700	609.868	
		–	–	955.337	925.009	
Crédito Agroindustrial	**Garantia Real**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	140.934	137.277	
	Quirografário					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	185.395	185.171	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	366.988	358.347	2034
		–	–	693.317	680.795	
		3.616.824	3.616.824	13.952.442	14.155.005	
Capital de giro	**Quirografário**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	202.273	195.864	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	403.986	382.518	
		–	–	606.259	578.382	
CDCA e CPR-F	**Garantia Real**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	118.545	115.666	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	48.173	45.952	
	Quirografário					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	57.098	56.492	
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	157.371	152.220	
		–	–	381.187	370.330	
Capital de giro sindicalizado	**Quirografário**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	63.499	67.863	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	204.159	213.431	
		–	–	267.658	281.294	
Finame	**Não submetidos ao PRJ**					
	Linhas de crédito a 9,68% a.a.	–	–	25.173	19.444	2021 a 2034
	Extraconcursal					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	125.229	118.015	
		–	–	150.402	137.459	
Prorenova	**Quirografário**					
	Juros 115% a.a. do CDI (Tranche A)	–	–	39.612	38.770	2034
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	62.042	59.364	
		–	–	101.654	98.134	
PESA	**Não submetidos ao PRJ**					
	IGPM + juros de 5,4% a.a.	–	–	11.696	28.514	2027 a 2034
	Quirografário					
	Juros 100% a.a. do IPCA (Tranche B)	–	–	6.546	6.444	
(–) Ajuste a valor presente		–	–	–	(4.649)	
(–) Aplicações em CTN		–	–	(6.548)	(4.368)	
		–	–	11.694	25.941	
Arrendamento mercantil	**Não submetidos ao PRJ**					
		–	–	203	1.686	2020 a 2029
(–) Ajuste a valor presente		–	–	(12)	(1.453)	
		–	–	191	233	
(–) Custos de transação		–	–	(136.443)	(123.934)	
		3.616.824	3.616.824	15.335.044	15.522.844	
	Passivo circulante	–	–	(51.445)	(11.698.293)	
	Passivo não circulante	3.616.824	3.616.824	15.283.599	3.824.551	

Legenda: BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico; CDI: Cerificado de Depósito Interbancário; CTN: Certificado do Tesouro Nacional; IGPM: Índice Geral de Preço de Mercado IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo; PESA: Programa Especial de Saneamento de Ativos; TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo; UMBNDES: Unidade Monetária do BNDES; Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

continua—☆

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de março de 2021 da Atvos Agroindustrial S.A. - Em Recuperação Judicial - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continuação

	Consolidado	
	31.03.21	31.03.20(i)
2021	–	1.263.322
2022	122.740	365.890
2023	484.691	365.890
2024	1.024.490	365.890
2025	1.022.501	365.890
2026 a 2035	12.629.177	1.097.669
	15.283.599	3.824.551

(i) Em 31 de março de 2020 as dívidas com instituições financeiras foram classificadas no passivo circulante, uma vez que os PRJs não estavam homologados.

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição

Créditos

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
Descrição	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Prejuízos fiscais e bases negativas (i)	8.220.135	7.977.339	8.010.057	8.010.057
Diferenças temporárias:				
Variação do valor justo do ativo biológico	647.933	214.633	647.933	214.633
Variação do valor justo do produto agrícola	3.722	29.933	3.722	29.933
Despesas diferidas - fase pré-operacional	142	16.785	142	16.785
Provisões diversas (ii)	–	788.354	–	788.354
	8.871.932	9.027.044	8.661.854	9.059.762
Potencial crédito tributário	2.217.983	2.256.761	779.567	815.379
Crédito tributário não registrado	(2.055.034)	(2.095.560)	(720.905)	(757.347)
	162.949	161.201	58.662	58.032

Débitos

	Consolidado			
Descrição	Imposto de renda		Contribuição Social	
Diferenças temporárias:	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Amortização do ágio	215.061	209.669	215.061	209.669
Depreciação acelerada incentivada (iii)	172.139	207.620	172.139	207.620
Variação do valor justo do ativo biológico	89.327	46.342	89.327	46.342
Outros ajustes	175.270	181.172	175.270	181.172
	651.797	644.803	651.797	644.803
Débitos diferidos totais	162.949	161.201	58.662	58.032

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos e comerciais aprovados pela Administração da Companhia e de suas controladas e em compasso com os débitos diferidos registrados. Portanto, os créditos tributários diferidos limitam-se aos valores cuja compensação está amparada por projeções de lucros tributáveis futuros, descontados ao seu valor presente, preparadas pela Administração da Companhia, considerando-se inclusive, quando aplicável, a limitação de compensação de prejuízos fiscais em até 30% do lucro tributável, além dos benefícios fiscais de isenção e redução do imposto e existência de débitos diferidos em montante compatível. Durante o ano de 2017, a Companhia e suas controladas procederam a cessão onerosa de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido à empresas do Grupo Novonor, no âmbito das regras estabelecidas no Programa de Regularização Tributária ("PRT") e Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") instituídos pelas Medidas Provisórias nº 766/2017 e Lei nº 13.496/2017, respectivamente. Após a consolidação dos débitos no âmbito do PERT, a base total cedida foi de R$ 4.748.364. O valor de contas a receber registrado nas controladas indiretas e controladora da Companhia, decorrente destas cessões onerosas foi cedido à Companhia em agosto de 2020 como parte dos movimentos previstos no anexo 8.1 dos PRJs. (ii) Referem-se a diferença entre os juros provisionados de acordo com as premissas originais dos contratos das dívidas submetidas aos PRJs e o cálculo realizado conforme as taxas estabelecidas nesses mesmos planos. A alteração na forma de atualização aconteceu a partir da homologação dos PRJs, ocorrida no dia 20 de agosto de 2020. Entre a data do Pedido de Recuperação Judicial e a Homologação dos Planos, esta diferença foi tratada como provisão de juros. (iii) As controladas da Companhia utilizam o benefício da Depreciação Acelerada Incentivada Rural, prevista no artigo 314 do Decreto nº. 3.000/99, que consiste no aproveitamento fiscal integral, no próprio ano, dos gastos incorridos com formação da lavoura de cana-de-açúcar e aquisição de implementos agrícolas registrados no ativo imobilizado.

(b) Os créditos e débitos diferidos foram atribuídos da seguinte forma

	Créditos		Débitos	
Diferenças temporárias:	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Prejuízo fiscal e base negativa	196.768	130.374	–	–
Ajustes da Lei nº 11.638/2007:				
Amortização de ágio	–	–	73.121	71.287
Despesas diferidas - fase pré-operacional	48	5.708	59.592	61.599
Depreciação acelerada incentivada	–	–	58.527	70.591
Variação do valor justo do ativo biológico	23.530	72.974	30.371	15.756
Variação do valor justo do produto agrícola	1.265	10.177	–	–
	221.611	219.233	221.611	219.233

(c) Por entidade jurídica, líquida - consolidado

	Créditos		Débitos		Saldo	
Entidade	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20	31.03.21	31.03.20
Atvos	35	567	(35)	(567)	–	–
Atvos Par	205	–	(205)	–	–	–
Eldorado	79.086	71.100	(79.086)	(71.100)	–	–
DASA	2.267	3.737	(2.267)	(3.737)	–	–
Pontal	–	82	–	(82)	–	–
Rio Claro	20.269	31.306	(20.269)	(31.306)	–	–
UCP	27.034	21.934	(27.034)	(21.934)	–	–
Santa Luzia	48.451	61.799	(48.451)	(61.799)	–	–
Brenco	44.264	28.708	(44.264)	(28.708)	–	–
	221.611	219.233	(221.611)	(219.233)	–	–

(d) Movimentação dos tributos diferidos durante o ano (consolidado)

Diferenças temporárias:	31.03.20	Reconhecida no resultado	31.03.21
Ajustes da lei nº 11.638/2007:			
Variação do valor justo do produto agrícola	9.383	(8.912)	471
Variação do valor justo do ativo biológico	13.160	(64.060)	(50.900)
Despesas diferidas - fase pré-operacional	(47.251)	(3.652)	(50.903)
Prejuízo fiscal	166.870	66.394	233.264
Ajuste AVP plano PESA	(5.923)	–	(5.923)
Depreciação acelerada incentivada	(70.592)	12.064	(58.528)
Amortização de ágio	(71.287)	(1.833)	(73.120)
Outros ajustes	5.640	(1)	5.639
	–	–	–

Diferenças temporárias:	31.03.19	Compensação Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Reconhecida no resultado	31.03.20
Ajustes da Lei nº 11.638/2007:	–	–	–	–
Variação do valor justo do produto agrícola	(555)	–	9.938	9.383
Variação do valor justo do ativo biológico	(29.245)	–	42.405	13.160
Despesas diferidas - fase pré-operacional	17.721	–	(64.972)	(47.251)
Prejuízo fiscal	171.612	16.422	(21.164)	166.870
Depreciação acelerada incentivada	(82.523)	–	11.931	(70.592)
Amortização de ágio	(69.454)	–	(1.833)	(71.287)
Ajuste AVP plano PESA	(6.520)	–	597	(5.923)
Outros ajustes	(1.036)	–	6.676	5.640
Total	–	16.422	(16.422)	–

12. Passivo a descoberto: (a) Capital social: O capital social subscrito da Companhia é de R$ 4.700.116, dividido em 470.011.587.782.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao passivo a descoberto que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2021 e 2020, correspondem, basicamente, aos efeitos da aplicação do *hedge accounting* de passivos financeiros não derivativos (Nota 4.1(d)). **(c) Reserva de lucros:** Legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei nº 6.404/76, quando aplicável. **(d) Reserva de incentivos fiscais:** Contempla os valores de benefícios fiscais usufruídos, nos últimos 5 anos, pelas controladas localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que possuem programas de incentivos fiscais com características de subvenção para investimentos, à luz da legislação fiscal vigente. **(e) Destinação do resultado:** De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. **(f) Resultado por ação:** De acordo com o CPC 41 - "Resultado por ação", a tabela abaixo reconcilia o prejuízo do exercício com os valores usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	31.03.21	31.03.20
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(264.224)	(1.574.940)
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	470.011.587.782	470.011.587.782
Prejuízo básico e diluído por ação - em Reais	(0,000001)	(0,000003)

13. Receita bruta e líquida

	Consolidado	
	31.03.21	31.03.20
Receita bruta		
Mercado interno	5.122.072	5.007.033
Mercado externo	833.850	389.625
Outras receitas	8.320	12.622
	5.964.242	5.409.280
Tributos sobre vendas	(679.376)	(685.275)
Fretes sobre vendas	(160.268)	(161.833)
Armazenagem	(20.104)	(5.232)
Devoluções	(923)	(8.176)
Receita líquida	5.103.571	4.548.764

Diretoria

Gustavo Aurvalle Alvares - Diretor Presidente
Paulo Souza Queiroz Figueiredo

Contador

Antonio Lucas Rigolo Júnior
CRC 1SP 216995/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM DESCARTÁVEIS, PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 20/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/09/2021. Orlândia, SP, 03 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS E LIMPEZA PARA COZINHA PILOTO.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 17/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/09/2021. Orlândia, SP, 03 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO (AÇUCAR E CHÁ MATE) PARA SER UTILIZADO POR DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando Orlando, 652, centro, às 14:30 h do dia 20/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/09/2021. Orlândia, SP, 03 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PRÓTESE TRANSFEMURAL PARA PACIENTE ATENDIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 21/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/09/2021. Orlândia, SP, 03 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto a **TOMADA DE PREÇO Nº 010/2021**. TIPO MENOR PREÇO. OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE MONITORAMENTO ESTRUTURAL DE TRINCAS, RECALQUES E DESLOCAMENTOS E ELABORAÇÃO DE ENSAIOS DE AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPRIMENTO (PIT) EM ELEMENTOS DE FUNDAÇÃO, A SEREM REALIZADOS NO PRÉDIO DA EMEB CORONEL FRANCISCO ORLANDO**. A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00 h do dia 23/09/2021, onde ocorrerá o processamento do pregão. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 08/09/2021. Orlândia, SP, 03 de Setembro de 2021. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR – Prefeito Municipal.

Holding do Araguaia S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Ata da Reunião do Conselho de Administração em 06/08/2021

Data, Horário e Local: Em 06/08/2021, às 10h, na sede social da **Holding do Araguaia S.A.** ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. **Convocação e Presença**: Dispensada em função da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença. **Mesa**: Presidente: Marcelo Lucon e Secretário: Marcello Guidotti. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações**: Após a leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **(i)** aprovar a eleição dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, conforme indicados abaixo: Comitê de Partes Relacionadas: Eleger os Srs.: **(A)** Cleber Saccoman, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 22.142.519-6, CPF/ME nº 177.408.698-05, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e com escritório na mesma cidade, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132; e **(B)** Nicolò Caffo, italiano, casado, engenheiro, RNE nº G435689-V, CPF/ME nº 240.960.258-44, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, para os cargos de membros efetivos do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia, com mandato de 2 anos, permanecendo no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros do Comitê de Partes Relacionadas a serem eleitos, permitida a reeleição, na forma dos termos de posse assinados pelos membros eleitos e arquivados na sede da Companhia. O terceiro membro do comitê será nomeado oportunamente. Comitê Financeiro: Eleger os Srs.: **(A)** Dani Ajbeszyc, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 18.428.539 SSP/SP, CPF/ME nº 250.951.278-14, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e com escritório na mesma cidade, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132; e **(B)** Marcello Guidotti, italiano, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, RNE nº V369292-I, permanente e válido até 16/02/2026, CPF/ME nº 837.310.750-91, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04547-005, para os cargos de membros efetivos do Comitê Financeiro da Companhia, com mandato de 2 anos, permanecendo no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros do Comitê Financeiro a serem eleitos, permitida a reeleição, na forma dos termos de posse assinados pelos membros eleitos e arquivados na sede da Companhia. O terceiro membro do comitê será nomeado oportunamente. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente determinou que fosse lavrada a presente ata na forma sumária. São Paulo, 06/08/2021. **Conselheiros**: Marcelo Lucon, Marcello Guidotti, Nicolò Caffo, Mauro Oliveira Dias e Danillo de Matos Marcondes. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Marcelo Lucon - Presidente, Marcello Guidotti - Secretário. JUCESP nº 404.145/21-8 em 20/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL N° 203/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DA MODALIDADE DE FUTEBOL, CATEGORIAS DIVERSAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER. DATA DA ABERTURA: 24.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 204/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM E SEM CONTRASTE E COM CONTRASTE COM SEDAÇÃO E SEM CONTRASTE COM SEDAÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA DA ABERTURA: 24.09.2021 AS 14:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 205/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. DATA DA ABERTURA: 27.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 206/2021 - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE PISCINA, NA ESCOLA MUNICIPAL PROF. ABNER ANTONIO SPERENDIO, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DATA DA ABERTURA: 28.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 207/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER. DATA DA ABERTURA: 28.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 208/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DATA DA ABERTURA: 29.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 209/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM TREINAMENTO DE TÉCNICAS E TÁTICAS AVANÇADAS NA ÁREA POLICIAL. CARGA HORÁRIA DE 80 HORAS /AULA. SENDO: COM UTILIZAÇÃO DE MUNIÇÃO (COM O PRÁTICO DE TIRO) PARA 110 CGM's E, SEM UTILIZAÇÃO DE MUNIÇÃO (SEM O PRÁTICO DE TIRO) PARA 26 CGM's, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL. DATA DA ABERTURA: 29.09.2021 AS 14:30 HORAS. Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 03 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

Grupo Pereira S/A.

CNPJ Em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Data/Hora/Local: 11/03/2021, às 10:00 horas, na Rua Tabapuã, 841, 40 andar, conjunto 402, sala 03, São Paulo/SP. **Subscritores:** 1) **B&D Participações e Consultoria S/A,** CNPJ nº 38.419.600/0001-51 e NIRE nº 35300556127, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Luiz Humberto Pereira,** RG nº 565.911 SSP/MS, e CPF nº 309.427.309-25; 2) **IPS Participações e Consultoria S/A,** CNPJ nº 38.419.462/0001-10 e NIRE nº 35300556186, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Inácio Passos Pereira, RG nº 113.575 SSP/SC, e CPF nº 094.873.019-68; 3) **Solida-Administração e Participações,** CNPJ nº 39.984.007/000120 e NIRE nº 35300560311, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Manoel Inácio Pereira, RG nº 177.620 SSP/SC e CPF nº 153.952.519-87; 4) **JB Participações S/A,** CNPJ nº 38.419.530/0001-41 e NIRE nº 35300556224, neste ato representada por seu Diretor Presidente, João Alberto Pereira, RG nº 1.223.250-5 SSP/MT, e CPF nº 694.532.501-63; 5) **IJZ Participações e Consultoria S/A,** CNPJ nº 38.419.442/0001-40 e NIRE nº 35300556241, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Ivani Pereira Pfeilsticker Zimmermann, RG nº 4/R-305.275-SSP/SC e CPF nº 658.915.119-91; 6) **Limoeiro Participações e Consultoria S/A,** CNPJ nº 38.419.485/0001-25 e NIRE nº 35300556178, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Iram Pereira Santiago, RG nº 176.400-4 SSP/SC e CPF nº 230.649.279-49; 7) **RA Participações e Consultoria S/A,** CNPJ nº 38.419.584/0001-07 e NIRE nº 35300556194, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Rute Pereira, RG nº 876225 SSP/SC, e do CPF nº 391.109.079-04. **Presença:** Totalidade do capital subscrito, dispensada a publicação dos Editais de Convocação, de acordo com o artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76. **Mesa:** Presidente - Luiz Humberto Pereira; Secretário - Inácio Passos Pereira. **Ordem Do Dia/Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade": **1** - A constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, regida pela Lei 6.404/76. **2** - Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o "Boletim de Subscrição" a que alude o Artigo 85, da Lei 6.404/76 foi devidamente preenchido e o capital social de R$ 10.000,00 foi totalmente subscrito, cuja integralização está assim composta: **Subscritor - % - Valor R$;** B&D Participações e Consultoria S/A - 36,00 - 3.600,00; IPS Participações e Consultoria S/A - 21,50 - 2.150,00; Solida Administração e Participações S/A - 21,50 - 2.150,00; JB Participações S/A - 10,00 - 1.000,00; IJZ Participações e Consultoria S/A - 5,00 - 500,00; Limoeiro Participações e Consultoria S/A - 4,00 - 400,00; RA Participações e Consultoria S/A - 2,00 - 200,00; **Total - 100,00 - 10.000,00. 3** - O projeto do Estatuto Social que submetido à apreciação dos Subscritores foi aprovado por unanimidade com a seguinte redação: ***JUCESP/NIRE*** nº 3530056825-7 em 07/05/2021. **Estatuto Social - I - Denominação, Sede, Poro, Objeto Social e Duração:** Artigo 1º - **Grupo Pereira S/A** é uma empresa que se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404/76 e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade tem sede, foro e administração Rua Tabapuã, 841, 40 andar, conjunto 402, sala 03, Itaim Bibi, CEP 04.533-013, São Paulo/SP, podendo abrir e fechar filiais ou escritórios em todos os pontos do território nacional ou no exterior, a critério da Diretoria. Artigo 3º - A sociedade tem por objetivo social a administração de bens próprios e a participação em outras empresas - holding de instituição não financeira - *CNAE: 64.62.0-00,* consultoria que não dependem de autorização governamental. Artigo 4º - A sociedade terá prazo de duração indeterminado. **II. Capital Social:** Artigo 5º - O capital social é de R$ 10.000,00 representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sem valor nominal. Artigo 6º - Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. **III. Administração:** Artigo 7º - A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de 2 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição. Artigo 8º - Nos casos de ausência ou impedimentos temporários os Diretores substituir-se-ão mutuamente. §1º - Os Diretores permanecerão nos respectivos cargos e no pleno exercício de suas funções até que seus sucessores sejam empossados, exceto em casos de renúncia ou destituição. §2º - Os Diretores. serão, investidos nos seus cargos mediante termo lavrado 'e assinado-tio livro de Atas de Reunião de Diretoria, dentro do prazo de 30 dias contados de sua eleição. Artigo 9º - Nas hipóteses de ausência ou impedimento definitivo de qualquer Diretor ou mesmo ocorrendo renúncia de tal cargo será eleito novo Diretor por Assembleia Geral, dentro de 15 dias a contar do evento que originou a sua ausência ou impedimento, cuja gestão terminará no prazo de gestão do anterior substituído. Artigo 10 - Compete ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente isoladamente ou em conjunto, administrar todos os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, com os mais amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante a repartições públicas federais, estaduais e municipais e outras entidades de direito público, praticar, enfim, todos e quaisquer atos que julgar necessário para o bom andamento dos negócios sociais, inclusive compra, venda e locação de bens imóveis ou alienação de bens do ativo imobilizado, independentemente de autorização da Assembleia Geral. Artigo 11 - Compete ao Diretor Vice-Presidente substituir o Diretor Presidente e vice-versa nas suas ausências e impedimentos que deverão ser registradas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria. Artigo 12 - As procurações poderão ser assinadas isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, especificando-se claramente os poderes, e deverão estabelecer os prazos conferidos aos mandatários, exceto as procurações "ad-judicia" que poderão ser por prazo indeterminado. Artigo 13 - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral. **IV. Conselho Fiscal:** Artigo 14 - O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, permitida a reeleição. §Único - O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Gerai. **V. Assembleia Geral:** Artigo 15 - A Assembleia Geral dos Acionistas reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses após o término do exercício social e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 16 - A Assembleia Geral será presidida por um Acionista escolhido pelos presentes e secretariada por pessoa escolhida pelo Presidente. **VI. Exercício Social:** Artigo 17 - O exercício social coincidirá com o ano civil, devendo ser levantado o balanço geral e demais demonstrações financeiras em 31 de dezembro de cada ano. §único - A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediários sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nestes balanços poderão ser destinados para distribuições ou antecipações de dividendos intermediários ou para outras aplicações a critério da Assembleia Geral dos Acionistas. Artigo 18 - Do lucro liquido apurado em cada balanço serão destinados: a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. b) O saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia estabelecer. **VII. Liquidação:** Artigo 19 - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as normas legais pertinentes, cabendo a Assembleia estabelecer o modo de sua liquidação. **VIII. Disposições Gerais:** Artigo 20 - Os casos omissos no presente Estatuto serão regidos pela legislação em vigor pertinente à matéria. **IX. Foro:** Artigo 21 - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo/SP para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Estatuto. **4** - A eleição dos membros da **Diretoria,** sendo eleito por unanimidade para os cargos: **Diretor Presidente:** Luiz Humberto Pereira, RG nº 565.911 SSP/MS e CPF/MF nº 309.427.309-25; **Diretor Vice-Presidente:** Inácio Passos Pereira, RG nº 113.575 SSP/SC e CPF/MF nº 094.873.019-68; **5** - A fixação dos honorários mensais da Diretoria até o limite máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda. **6** - Os Diretores eleitos declaram que não estão incursos em qualquer penalidade de lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil. **7** - A não instalação do Conselho Fiscal. **Encerramento:** Nada mais a tratar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada, foi assinada por todos os Subscritores. São Paulo/SP, 11/03/2021. **Diretoria:** Luiz Humberto Pereira - Diretor Presidente; Inácio Passos Pereira - Diretor Vice-Presidente; **Subscritores:** B&D Participações e Consultoria S/A - Luiz Humberto Pereira - CPF nº 309.427.309-25; IPS Participações e Consultoria S/A - Inácio Passos Pereira. - CPF nº 094.873.019-68; Solida ADM e Participações S/A - Manoel Inácio Pereira - CPF nº 153-.952.519-87; JB Participações S/A - João Alberto Pereira - CPF nº 694.532.501-63; IJZ Participações e Consultoria S/A - Ivani Pereira P. Zimmermann - CPF nº 658.915.119-91; Limoeiro Participações e Consultoria S/A - Irani Pereira Santiago - CPF nº 230.649.279-49; RA Participações e Consultoria S/A - Rute Pereira - CPF nº 391.109.079-04. **Visto do Advogado:** Daniela H. P. Vieira - OAB/SP 215.206A.

Holding do Araguaia S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), em 11/08/2021

I. Data, Hora e Local: Realizada no dia 11/08/2021, às 10h, na sede social localizada em São Paulo/SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, sala 02, Vila Olímpia, CEP 04547-005. **II. Convocação e Presença:** Dispensada, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei 6.404"). **III. Mesa:** Marcello Guidotti - Presidente; Marcelo Lucon - Secretário. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a assembleia, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. **IV. Ordem do Dia e Deliberações:** (i) Deliberar sobre: (1) a rerratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 05/08/2021, devidamente protocolada para registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 0.715.554/21-9, ("AGE 05.08.2021"), para retificar a aprovação do item IV, subitem (ii), número "(1)", alínea "(l)"no âmbito da AGE 05.08.2021, a qual aprovou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de até R$ 1.400.000.000,00, na Data de Emissão, qual seja, 12/08/2021, pela Companhia ("Emissão" e "Cártulas", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566/2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (2) a ratificação de todas as demais deliberações da AGE 05.08.2021; (3) autorização à Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à formalização e efetivação da Oferta; e (4) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta; (ii) Os Acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, aprovaram: **1.** A retificação da redação do item IV, subitem (ii), número "(1)", alínea "(l)" das aprovações tomadas no âmbito da AGE 05.08.2021, que passará a vigorar conforme abaixo: *"**Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais serão realizados, conforme aplicável, em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, ou, para os titulares das Notas Comerciais que não estiverem depositadas eletronicamente na B3, diretamente na sede da Emissora ou em conformidade com os procedimentos adotados pelo **Itaú Unibanco S.A**., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Local de Pagamento" e "Banco Mandatário", respectivamente)".* **2.** A ratificação de todas as demais deliberações da AGE 05.08.2021 não alteradas pela presente. **3.** A autorização aos membros da Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticar todo e qualquer ato necessário à realização e/ou formalização das deliberações desta Reunião, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à Oferta e à Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; e (b) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; e **4.** A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta. **V. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Assinaturas: Marcello Guidotti - Presidente. Marcelo Lucon - Secretário. Acionista: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (representada por Marcello Guidotti e Marcelo Lucon) e GLP X Participações S.A. (representada por Mauro Oliveira Dias e Danillo de Matos Marcondes). Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada em livro próprio. Marcello Guidotti - Presidente, Marcelo Lucon - Secretário. JUCESP nº 407.596/21-5 em 25/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ nº 57.522.468/0001-63

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Compra nº 159/2021 - Pregão Eletrônico nº 31/2021 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de microcomputadores, pelo período de 24 meses. O Diretor Presidente homologa o processo licitatório e adjudica para a licitante Arklok Equipamentos de Informática Ltda., o item 1 do Edital nº 32/2021, pelo valor total de R$ 758.973,60 - conforme Ata às fls. 157 a 159 dos autos. SJCampos, 31 de agosto de 2021. George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

JULGAMENTO DE PROPOSTAS

Processo de Compra nº 161/2021 - Convite nº 2/2021 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de reparo em instalação predial - implantação do Centro de Inovação Educacional (CIE), com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. A Comissão Permanente de Licitações informa a classificação das propostas pelo critério de menor preço global, nos termos do subitem 1.2. do Edital nº 33/2021: classificada em 1º lugar, a proposta da licitante EXM Construtora e Incorporadora Ltda., com valor total de R$ 118.245,65 - em 2º lugar, M. Delgado Engenharia, R$ 124.232,13 e em 3º lugar, JHM Engenharia Ltda., R$ 149.178,58. Prazo recursal legal: 2 dias úteis. SJCampos, 3 de setembro de 2021. Comissão Permanente de Licitações - Fundhas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 056/21 – Objeto Contratação de empresa(s) para fornecimento de mudas de espécies vegetais ornamentais como grama, arbustos, árvores nativas e frutíferas, palmeiras, forrações, entre outras, assim como fornecimento de insumos para jardinagem, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**. CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: **09:00 horas do dia 09/09/21 até às 09:00 horas do dia 21/09/21.** Abertura de Propostas Iniciais: **21/09/21 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou www.campolimpopaulista.sp.gov.br . Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8358/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

EDMILSON GERALDO ROSA
Secretário de Obras e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2021- PROCESSO Nº 1.338/2021
EDITAL DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE nomeada através da Portaria GP Nº 006/2021, TORNA PÚBLICO, a todos os interessados a HABILITAÇÃO e INABILITAÇÃO, das empresas na licitação supra, destinada à "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO E DA BASE DA BALANÇA DE PESAGEM DO ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA", conforme segue:
Habilita as empresas: ALINE CRISTINA BIBIANO MANOEL-ME e DWJ ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME por atenderem às exigências da Cláusula Quarta do Edital.
Inabilita a empresa: MARCOS RIBEIRO E CIA LTDA por não atender as exigências da Cláusula Quarta, itens 4.5.3. (Impermeabilização em manta asfáltica = 12,50 m²) e 4.6.2.1, alínea c do Edital.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 03 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021
PROCESSO Nº 921/2021
COMUNICADO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o processo licitatório supracitado, cujo objeto é REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE CONCRETO USINADO, tornou-se DESERTO pela segunda vez.
Araçatuba, 01 de setembro de 2021.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que será promovida, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2021
PROCESSO Nº 1.387/2021
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO.
Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até às 09h00min do dia 21 de setembro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.
Caso o(s) item(s) referentes à "COTA RESERVADA", tornem-se FRACASSADO ou DESERTO, e a Licitação seja repetida para o MERCADO GERAL, poderão participar todas as empresas que satisfaçam todas as exigências do Edital e da Lei Federal Nº 8.666/93 e Lei Federal Nº 10.520/2002.
O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 03 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Holding do Araguaia S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Holding do Araguaia S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), em 11/08/2021

I. Data, Hora e Local: Realizada no dia 11/08/2021, às 11h, na sede social localizada em São Paulo/SP, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, sala 02, Vila Olímpia, CEP 04547-005. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estarem presentes todos os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia por meio de videoconferência. **III. Mesa:** Marcello Guidotti - Presidente; Marcelo Lucon - Secretário. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a reunião, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. **IV. Ordem do Dia e Deliberações:** (i) Deliberar sobre: (1) a rerratificação da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 05/08/2021, devidamente protocolada para registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 0.715.510/21-6, ("RCA 05.08.2021"), para retificar a redação do item IV, subitem (ii), número "(1)", alínea "(l)" no âmbito da RCA 05.08.2021, a qual aprovou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de até R$ 1.400.000.000,00, na Data de Emissão, qual seja, 12/082021, pela Companhia ("Emissão" e "Cártulas", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385/76, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566/2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (2) a ratificação de todas as demais deliberações da RCA 05.08.2021; (3) autorização à Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da deliberação acima mencionada, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à formalização e efetivação da Oferta; e (4) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta; (ii) O Conselho de Administração da Companhia decide aprovar, por unanimidade dos presentes, após debates e discussões: **1.** Retificar a redação do item IV, subitem (ii), número "(1)", alínea "(l)" das aprovações tomadas no âmbito da RCA 05.08.2021, que passará a vigorar conforme abaixo: *"**Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Notas Comerciais serão realizados, conforme aplicável, em conformidade com os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais depositadas eletronicamente na B3, ou, para os titulares das Notas Comerciais que não estiverem depositadas eletronicamente na B3, diretamente na sede da Emissora ou em conformidade com os procedimentos adotados pelo **Itaú Unibanco S.A**., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Local de Pagamento" e "Banco Mandatário", respectivamente)".* **2.** A ratificação de todas as demais deliberações da RCA 05.08.2021 não alteradas pela presente. **3.** A autorização aos membros da Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticar todo e qualquer ato necessário à realização e/ou formalização das deliberações desta Reunião, incluindo, mas não se limitando a: (a) negociar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à Oferta e à Emissão, bem como quaisquer aditamentos aos referidos documentos; e (b) tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas; e **4.** A ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à Emissão e à Oferta. **V. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelo Secretário e pelos Conselheiros presentes. Assinaturas: Marcello Guidotti - Presidente; Marcelo Lucon - Secretário. Conselheiros: Marcelo Lucon, Marcello Guidotti, Nicolò Caffo, Mauro Oliveira Dias e Danillo de Matos Marcondes. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Marcello Guidotti - Presidente, Marcelo Lucon - Secretário. JUCESP nº 407.598/21-2 em 25/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

S. Magalhães S.A. - Logistica em Comércio Exterior

CNPJ (MF) 58.130.089/0001-90 - NIRE 35.3.0005542-0 - **Ata da Assembléia Geral Extraordinária Realizada em 30/07/2021**

Local e hora: Praça da República, 62 - 2º Andar - Santos (SP), às 09 hs. **Presença**: Acionistas: mais de 2/3 do Capital Social. **Convocação:** Editais publicados no DOESP e Diário de Notícias. **Mesa**: Presidente: Fernando da Cunha Magalhães Junior; Secretário: Guilherme Souza Magalhães. **Deliberações unânimes: a)** Luiz Henrique Magalhães Ozores renuncia ao cargo de Diretor, a partir de 01/07/2021, passando a integrar o Conselho Consultivo. **b)** Aprovada a destituição do Sr. José Antonio Gotti do cargo de Conselheiro Consultivo. **c)** Aprovado, R$ 198.598,83 a título de Dividendos aos Acionistas será transferido em sua totalidade para a conta de Reserva de Lucros. **d)** Aprovado, R$ 95.327,44 a título de Gratificação à Diretoria será transferido em sua totalidade para a conta de Reserva de Lucros. Nada mais. Íntegra Registrada na JUCESP sob nº 430.667/21-8 em 31/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023217-78.2016.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). ANTONIO MARCELO CUNZOLO RIMOLA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **VANEKLEY AMADOR JACO**, Brasileiro, Divorciado, Policial Militar, RG 44439150-2, CPF 344.390.968-08, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de COOP ECON E CRED MUTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA SEGURANCA PUBLICA DO ESP, para cobrança de R$10.334,36, representado por nota promissória (set/2016), que deverá ser atualizado na data do efetivo pagamento. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou reconheça o crédito da exeqüente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários fixados em 10%, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais atualizadas, ficando advertido que poderá ajuizar embargos a execução no prazo de 15 dias, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL N° 202/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO VIATURA AUTO BOMBA SALVAMENTO COM ADAPTAÇÕES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIVIL (CORPO DE BOMBEIROS), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - DATA DA ABERTURA: 24.09.2021 AS 09:30 HORAS. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 03 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL N° 200/2021 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA. DATA DA ABERTURA: 30.09.2021 AS 09:30 HORAS. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 02 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676